



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VALESKA ARIELE LIMA DA SILVA

**RELAÇÃO ENTRE DESEMPENHO ACADÊMICO E PARTICIPAÇÃO NO
MERCADO DE TRABALHO:** Uma análise dos estudantes de Economia a partir dos dados
do ENADE de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018

Caruaru

2023

VALESKA ARIELE LIMA DA SILVA

**RELAÇÃO ENTRE DESEMPENHO ACADÊMICO E PARTICIPAÇÃO NO
MERCADO DE TRABALHO:** Uma análise dos estudantes de Economia a partir dos dados
do ENADE de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas do Campus Agreste da
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE,
na modalidade de monografia, como requisito
para a obtenção do grau de bacharel em
Ciências Econômicas.

Área de concentração: Teoria Econômica

Orientadora: Prof. Dr^a. Andreza Daniela Pontes Lucas

Caruaru

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Valeska Ariele Lima da.

Relação entre desempenho acadêmico e participação no mercado de trabalho:
Uma análise dos estudantes de Economia a partir dos dados do ENADE de
2006, 2009, 2012, 2015 e 2018 / Valeska Ariele Lima da Silva. - Caruaru,
2023.

61 p. : il., tab.

Orientador(a): Andreza Daniela Pontes Lucas
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Ciências Econômicas, 2023.

1. Capital Humano. 2. Trabalho. 3. Desempenho Acadêmico. 4. ENADE.
I. Lucas, Andreza Daniela Pontes . (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

VALESKA ARIELE LIMA DA SILVA

**RELAÇÃO ENTRE DESEMPENHO ACADÊMICO E PARTICIPAÇÃO NO
MERCADO DE TRABALHO:** Uma análise dos estudantes de Economia a partir dos dados
do ENADE de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas do Campus Agreste da
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE,
na modalidade de monografia, como requisito
parcial para a obtenção do grau de bacharel em
Ciências Econômicas.

Aprovada em: 10/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Andreza Daniela Pontes Lucas – UFPE/CAA
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Danyella Juliana Martins de Brito – UFPE/CAA
(Examinadora Interna)

Prof. Dr. Leandro Willer Pereira Coimbra – UFPE/CAA
(Examinador Interno)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida e por me dar força e sabedoria para seguir com essa jornada.

Aos meus pais Leonildo e Maria, que sempre me incentivaram a buscar um futuro melhor e me fizeram sentir acolhida com seu amor, carinho e companheirismo. As minhas irmãs, Jéssica, *in memoriam*, e Vitória que sempre me apoiaram e incentivaram meus sonhos me mostrando o verdadeiro significado de uma amizade verdadeira. Ao meu gato, Mimo, que passou noites em claro ao meu lado durante a produção deste trabalho.

Agradeço também a minha tia Helena e minha vó Josefa, pelas oportunidades de aprendizado e troca de experiências. À Leilacyres pelas frases de incentivo.

Sou Grata também à professora Dra. Andreza Lucas, por dividir comigo seus conhecimentos, por me auxiliar durante toda a construção deste trabalho e por ser paciente nos momentos mais difíceis. Aos professores Dr. ^a Danyella Brito e Dr. Leandro Coimbra, pelas contribuições que fizeram a este trabalho.

Aos meus amigos da faculdade, principalmente Ravenna que desde o início esteve comigo me apoiando e incentivando nos momentos mais tensos e complicados, durante todo o curso.

Ao Centro Acadêmico do Agreste pela cessão de espaços na biblioteca e ao corpo de funcionários que sempre esteve presente quando era necessário.

RESUMO

O Capital Humano passou a ser integrado na economia a partir do século XX com o intuito de observar os contrastes existentes nos níveis de produção industrial, tendo como base o liberalismo econômico. Na forma de educação, ele é indispensável para o desenvolvimento econômico, já que o capital total da produção é dado pela soma do capital humano com outros tipos de capitais. Dessa forma, por conta da atual situação econômica do Brasil, a maioria dos jovens está incluída no mercado de trabalho e muitas vezes conciliam os estudos com o trabalho, o que em alguns casos pode acarretar consequências negativas como, por exemplo, o abandono escolar, que atualmente tem se expressado em altos índices, principalmente por parte dos alunos do ensino superior. Logo, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre a participação no mercado de trabalho e o desempenho acadêmico dos discentes do curso de Ciências Econômicas, tendo como base os microdados do ENADE nos anos de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018. O procedimento metodológico base para o desenvolvimento dessa pesquisa é de natureza descritiva e exploratória a partir de uma análise quantitativa, utilizando como modelo de regressão o Modelo Multinível, já que existem estruturas aninhadas de dados, onde a estrutura de dados agrupados apresenta dois níveis, com estudantes (nível 1) aninhados em turmas (nível 2), o modelo foi feito separadamente para as Universidades públicas e privadas. Utilizando o modelo com interceptos e inclinações aleatórias, foi possível concluir que tanto nas Universidades públicas quanto nas Universidades privadas quanto mais horas o estudante dedica ao trabalho pior a sua nota, contudo a tendência nas instituições privadas foi diferente.

Palavras-chave: Capital Humano; Trabalho; Desempenho Acadêmico; ENADE.

ABSTRACT

Human Capital began to be integrated into the economy from the 20th century onwards in order to observe the existing contrasts in the levels of industrial production, based on economic liberalism. In the form of education, it is indispensable for economic development, since the total capital of production is given by the sum of human capital with other types of capital. Thus, due to the current economic situation in Brazil, most young people are included in the labor market and often reconcile their studies with work, which in some cases can have negative consequences, such as, for example, dropping out of school, which currently has been expressed in high rates, mainly by higher education students. Therefore, the objective of this work is to analyze the relationship between participation in the labor market and the academic performance of students of the Economic Sciences course, based on ENADE microdata in the years 2006, 2009, 2012, 2015 and 2018. The basic methodological procedure for the development of this research is of a descriptive and exploratory nature based on a quantitative analysis, using the Multilevel Model as a regression model, since there are nested data structures, where the grouped data structure presents two levels, with students (level 1) nested in classes (level 2), the model was made separately for public and private universities. Using the model with intercepts and random inclinations, it was possible to conclude that both in public and private universities, the more hours the student dedicates to work, the worse his grade, however the trend in private institutions was different.

Key-Words: Human capital; Job; Academic achievement; ENADE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Evolução do Número de Matrículas no Ensino Superior Brasileiro (em milhares)	19
Figura 2-	Estrutura hierárquica da base de dados	35
Figura 3-	Horas de Trabalho dos alunos de Instituições Públicas e Privadas	39
Figura 4-	Rendimentos dos alunos de Instituições Públicas e Privadas	40
Figura 5-	Horas de Estudo dos alunos de Instituições Públicas e Privadas	41
Figura 6-	Comparação entre as Horas de Trabalho e as Horas de Estudos nas Instituições Privadas	42
Figura 7-	Comparação entre as Horas de Trabalho e as Horas de Estudos nas Instituições Públicas	43
Figura 8-	Relação entre o desempenho médio no ENADE e as Horas de trabalho de estudantes de Faculdades Privadas do Curso de Ciências Econômicas no Nordeste	43
Figura 9-	Relação entre o desempenho médio no ENADE e as Horas de trabalho de estudantes de Faculdades Públicas do Curso de Ciências Econômicas no Nordeste	44
Figura 10-	Relação entre o desempenho no ENADE e as Horas de trabalho de estudantes de Faculdades Privadas do Curso de Ciências Econômicas em Pernambuco	45
Figura 11-	Relação entre o desempenho no ENADE e as Horas de trabalho de estudantes de Faculdades Públicas do Curso de Ciências Econômicas em Pernambuco	46

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1-	Estatísticas Descritivas	48
Tabela 2-	Resultados da Estimação do Modelo Nulo	49
Tabela 3-	Resultado do Modelo com Intercepto e Inclinações Aleatórias	50

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EaD	Educação a Distância (EaD)
ENADE	Exame Nacional dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACAPE	Faculdade de Petrolina
FCHE	Faculdade de Ciências Humanas Esuda
FEA	Faculdade de Economia e Administração
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
Flacso	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NSSE	Pesquisa Nacional de Engajamento Estudantil
OEI	Organização dos Estados Interamericanos
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	RESGATE HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	15
2.2	FATORES RELEVANTES PARA INSERÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NO MERCADO DE TRABALHO.....	22
2.2. 1	Conceitos do trabalho.....	22
2.2.2	Fatores associados à participação dos estudantes universitários no mercado de trabalho.....	24
2.3	FATORES QUE INFLUENCIAM NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.....	26
3	METODOLOGIA.....	33
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
	REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

Capital Humano pode ser definido como o conhecimento ou a capacidade que um indivíduo possui ao realizar um trabalho com o objetivo de produzir um valor econômico (SCHULTZ, 1962). A partir do século XX foi possível analisar as divergências existentes nos níveis de produção industrial das cidades que tinham suas decisões baseadas no liberalismo econômico. Logo após a primeira revolução industrial, ele passou a ser relacionado ao desenvolvimento econômico (ACEVEDO MURIEL, 2018). O termo, na forma de educação, é imprescindível para o crescimento e desenvolvimento interno de um país, pois o capital total utilizado na produção é dado pelo capital humano associado a outros tipos de capitais (PEREIRA; LOPES, 2014).

É notório observar que o capital humano, afeta a taxa de crescimento da renda de três maneiras distintas, primeiramente de maneira direta nas diferentes habilidades dos trabalhadores no decurso da produção, de forma indireta na tecnologia utilizada pelas firmas e na quantidade de tecnologia acumulada, além de interferir indiretamente no processo de difusão tecnológica (NAKABASHI; FIGUEIREDO, 2008). Logo, pode-se observar que o capital humano tem sido uma variável de bastante interesse empresarial por conta da sua relação com um melhor desempenho financeiro das instituições (PONCHIROLI, 2000).

A performance do crescimento pode ser explicada pela acumulação de capital humano, que explica a divergência nas taxas de crescimento entre os países no longo prazo (LUCAS, 1988). Logo se torna evidente a importância do estudo e análise do capital humano, na condição de educação, para compreender as dinâmicas que levam a evolução econômica de um país e até mesmo uma situação contrária. Vale ressaltar ainda que a variável citada é proporcionalmente relacionada à produtividade do trabalho, assim mudanças associadas ao capital humano interferem diretamente na produtividade do fator trabalho (SOLOW, 1956).

É importante destacar que o acúmulo de conhecimento apresenta dois efeitos sobre os agentes econômicos, o primeiro trata-se de um benefício individual através do aumento do salário real, devido à elevação da produtividade do trabalho, o outro efeito diz respeito ao aumento da eficiência produtiva em razão do efeito acumulativo da educação que leva os agentes a utilizarem os fatores de produção de maneira eficaz (LANGONI, 1972).

Por conseguinte é necessário destacar que a educação formal pode ser associada a outros temas de relevância econômica, como corrupção e violência. Nesse contexto, a

educação possui uma relação inversa com a corrupção, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade menor a probabilidade do indivíduo de agir de maneira correta (DAMÉ; CARRARO; MONASTERIO, 2007). Além disso, a educação também é uma variável relevante para combater a violência enraizada no país no médio e longo prazo (DE SOUZA MINAYO, 2013).

De acordo com o Censo de 2010 do PEA (População Economicamente Ativa), 34% dos jovens em idade universitária estão integrados no mercado de trabalho, parte desse número concilia o trabalho com os estudos, em razão de sua condição financeira ou de sua família ou até mesmo pelo desenvolvimento profissional que garante uma maior experiência, porém essa situação muitas vezes pode acarretar consequências negativas, como abandono dos estudos e rendimentos acadêmicos insatisfatórios. Uma pesquisa feita pelo Ministério da Educação (MEC), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e Organização dos Estados Interamericanos (OEI), concluiu que 60% dos jovens brasileiros que trabalham, já conciliaram educação e trabalho em algum momento de sua vida.

Segundo a análise de pesquisa comparativa feita por Niquini (2015) estudantes tendem a ter um desenvolvimento acadêmico negativamente relacionado com a jornada de trabalho e a remuneração cotidiana, sendo assim uma maior demanda no trabalho tem se mostrado como um fator adverso para o desempenho acadêmico. Estudantes que trabalham possuem menor disponibilidade de horas livres para se dedicar aos estudos em relação aos estudantes que não trabalham.

Alguns estudiosos afirmam que, o trabalho não afeta a progressão dos alunos do ensino superior, pelo contrário ele auxilia no desenvolvimento profissional que de maneira direta contribui e facilita o entendimento do conteúdo da disciplina estudada (LANG, 2012). Além disso, o comprometimento do estudante pode influenciar na organização do seu tempo de estudo, pois mediante o tempo reduzido devido ao trabalho ele pode alocar seu tempo de maneira eficiente não prejudicando assim os seus estudos (BUTLER, 2007).

Por meio de uma análise microeconômica é possível classificar a educação como bem privado à medida que o conhecimento é excludente e rival, ou seja, o que o estudante aprendeu por meio do seu estudo é domínio dele, logo ele cria benefícios para si mesmo a partir desses conhecimentos, ou seja, o estudo traz benefícios pessoais para os próprios estudantes tendo em vista que a cada novo conhecimento o estudante tem a oportunidade de melhorar sua qualidade de vida, entretanto a educação também pode ser considerada um bem

público na medida em que é imprescindível e insubstituível, ou seja, ela é direito de todos e dever do próprio estado (ARAÚJO, 2017).

Diante de tudo que foi exposto é importante destacar que este trabalho de pesquisa, tem como objetivo geral analisar a relação entre a participação no mercado de trabalho e o desempenho acadêmico dos alunos do Curso de Ciências Econômicas, a partir dos microdados do Inep nos anos de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018. Tendo como base o mercado de trabalho, desempenho acadêmico de estudantes universitários e outras variáveis socioeconômicas. Além disso, ele visa discutir a relevância que os resultados encontrados podem vir a ter no desenvolvimento de políticas públicas. Sendo assim a pergunta que esse trabalho busca responder é: Qual a relação entre a participação no mercado de trabalho e o desempenho acadêmico de alunos universitários?

A problemática a ser estudada gira em torno da influência que a participação no mercado de trabalho tem sobre o desempenho acadêmico de alunos universitários. Diante dos altos índices de abandono escolar por parte dos alunos do ensino superior a análise dessas variáveis é de alta relevância social, pois mediante os resultados expressados pela pesquisa será possível propor sugestões que tragam melhorias sociais e acadêmicas para estudantes universitários e para a sociedade em geral.

Outrossim, a pesquisa correlacionou duas variáveis de alto interesse financeiro, capital humano, na forma de escolaridade, e mercado de trabalho. Além do mais, o investimento em educação acarreta uma produção em larga escala devido ao aprimoramento das habilidades dos agentes econômicos tornando-o mais produtivo, o que em longo prazo proporciona o crescimento econômico do país (SCHULTZ, 1962).

Além desta introdução, este trabalho apresenta mais quatro capítulos: o Capítulo 2 consiste no referencial teórico, utilizando pesquisas e trabalhos correlacionados com o tema principal, educação superior, inserção dos estudantes no mercado de trabalho e o desempenho acadêmico dos alunos, o Capítulo 3 consiste na metodologia adotada na pesquisa, onde são apresentadas as variáveis e os procedimentos para obtenção do modelo utilizados na pesquisa, o Capítulo 4 apresenta os resultados encontrados a partir do modelo e as discussões a partir deles, por fim, o Capítulo 5 apresenta as conclusões finais do trabalho bem como suas limitações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda temas relacionados ao resgate histórico e evolução do ensino superior no Brasil, fatores relevantes para inserção de estudantes universitários no mercado de trabalho, conceitos sobre trabalho e fatores que influenciam no desempenho acadêmico dos estudantes.

2.1 RESGATE HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

No começo do período da colonização não existia no país Universidades ou outras instituições de ensino superior, a metrópole não sua incentivava a criação com receio de criar quadros intelectuais que incentivassem o processo de independência, logo a metrópole concentrava em suas regiões essas instituições de ensino. Contudo, com a invasão Francesa e a vinda da família real para o Brasil, em 1808, esse quadro mudou, visto que foram instauradas no país escolas autônomas com o intuito de formar profissionais. Com a chegada do rei à colônia foram criadas três escolas, duas no Rio de Janeiro e uma na Bahia, ambas voltadas para formação de profissionais liberais imprescindíveis ao aparelho do Estado (DURHAM, 2003).

A formação profissional tinha como referência a reforma da Universidade de Coimbra, que se baseava na formação de profissionais especializados. Mas, sobretudo, tinha como parâmetro a reforma francesa, que visava separar o ensino, das pesquisas científicas. Inicialmente não foram criadas Universidades, mas sim escolas autônomas, tudo por iniciativa exclusiva da Coroa, que tinha como propósito manter a tradição portuguesa em monopolizar o ensino superior. As escolas autônomas brasileiras tinham como objetivo formar profissionais liberais na área de administração dos negócios do Estado, rejeitando a participação da igreja católica no processo de ensino (TEIXEIRA, 1969).

Essas profissões liberais eram uma fusão entre a formação técnica e as características peculiares para a realização de atividades difusas, ou seja, atividades que não eram acessíveis às pessoas leigas da sociedade, mas que tinham um grande prestígio social. É importante destacar que o ensino superior cresceu a passos curtos na sociedade devido às pequenas mudanças sociais da época (BORTOLANZA, 2017).

O controle do estado que representava um dos intuitos para a instauração do ensino superior no país, tinha como diretriz a Reforma Leôncio de Carvalho, que determinava o ensino superior como propriedade exclusiva do poder central, visto que as formações científicas da época tinham como referência os cargos mais importantes para a administração do estado, além disso, a distribuição das disciplinas trabalhadas visavam mais métodos políticos do que acadêmicos. Entretanto, é importante destacar que o controle do estado sobre o ensino superior, passou a ser questionado tendo em vista que essa centralização não trazia mobilidade para o sistema de ensino, pelo contrário sua ampliação e diversificação estavam atreladas ao investimento do governo, que na época não se preocupava com a formação dos estudantes mais sim com os cargos que estes viriam a ter (SAMPAIO, 1991).

Logo, com a centralização imperial, a discussão sobre a criação de uma Universidade brasileira, necessariamente, tinha como pauta o controle do Estado sobre a educação, muitas pessoas apoiaram o surgimento de uma Universidade no país, pois acreditavam que ela seria uma forma de atender às necessidades do sistema político e social da época, com a ingerência oficial na educação. Contudo seus opositores, de base ideológica positivista acreditavam que uma reforma de ensino deveria acontecer no Brasil, mas que a implantação de uma Universidade não seria a melhor forma de promover essa mudança, o que o estado deveria fazer era assegurar uma educação básica nacional voltada à formação profissional. O que entre os séculos XIX e as três primeiras décadas do século XX prevaleceu, o ensino superior não se constituiu com a formação de uma Universidade e o formato de ensino continuou o mesmo, com o formato de cursos profissionalizantes (SAMPAIO, 1991).

Com a Proclamação da República, a difusão de ideias positivas entre os partidos republicanos contribuiu para a criação de novas iniciativas nas áreas educacionais, entretanto ainda tendo como base as escolas autônomas voltadas para formação de profissionais liberais, contudo, com a nova Constituição o ensino superior deixou de ser monopolizado, o que permitiu a criação de escolas autônomas tanto no setor público quanto no privado (DURHAM, 2003).

Os processos de manifestações que exigiam mudanças na sociedade em geral e que ocasionaram uma remodelação cultural, sobretudo na educação, fizeram com que ocorresse no país, a partir da década de 20, um movimento de modernização. Foi durante o Governo de Getúlio Vargas, que assumiu o poder em 1930, que a reforma educacional começou a ser formulada. A formulação da reforma educacional foi marcada por uma disputa hegemônica, entre as elites católicas conservadoras e intelectuais liberais. A igreja católica sempre tentou

estabelecer um controle sobre a educação superior no Brasil, assim como fazia com as nações europeias católicas nos séculos passados, ela reivindicava o papel de organizar a primeira Universidade Brasileira, através de orçamentos públicos em troca do apoio político ao novo governo (SCHWARTZMAN; BROCK, 2005).

A reforma que se constituiu foi resultado da negociação entre as forças conservadoras e inovadoras. Segundo Durham (2003), essa reestruturação foi claramente perceptível, onde um grupo de cientistas propôs a criação de unidades de ensino superior que não tivessem o propósito apenas de ensinar, mas que fossem “centros de saber desinteressado”, ou seja, lugares onde todas as pessoas que tivessem interesse de estudar dispusessem desse acesso de forma gratuita, além disso, foi proposta uma imensa reforma do ensino superior, através da substituição das escolas autônomas por Universidades, com o propósito de aumentar o espaço para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, de ciência básica e da formação de profissionais.

Muitas das Universidades que foram criadas seguiram condições pré-existentes, onde os cursos eram separados em função de diferentes carreiras que estavam sob a responsabilidade de apenas uma faculdade. Logo, os cursos ofertados eram semelhantes e os diplomas tinham o mesmo valor, semelhante ao que acontece nos dias atuais. A estrutura das Universidades estava fundamentada no catedrático vitalício que representavam o poder acadêmico máximo e possuíam vastas autonomias. O ponto inovador das Universidades em relação às escolas autônomas existentes anteriormente foi à criação de Universidades voltadas a novas áreas de conhecimento, como por exemplo, as ciências humanas, exatas e físicas, além disso, a incorporação de um setor de Educação possibilitou que as pessoas com bacharel obtivessem uma qualificação como docente. Entretanto, essas modernizações que ocorreram no sistema de ensino superior não expressaram um crescimento significativo na criação de novas Universidades (DURHAM, 2003).

Entre os anos de 1964 e 1980, com o regime militar, os movimentos estudantis principalmente liderados por alunos do ensino superior se tornaram a principal base de resistência contra as ações do governo, através de reivindicações e manifestações que exigiam mudanças políticas, sociais e culturais. Como resposta, o regime militar reprimiu e extinguiu os movimentos estudantis, e as Universidades passaram a ter uma maior atenção do governo que tinha como objetivo reprimir toda forma de oposição. Nesse período foi possível observar um grande retrocesso em relação às leis e conquistas da educação, principalmente por parte dos estudantes do ensino superior tendo em vista que as Universidades perderam sua

autonomia, além disso, também foi um período em que os investimentos educacionais foram reduzidos, os professores ficaram totalmente desvalorizados e os estudantes sem estímulo a ter uma formação continuada (GUSSON, 2008).

Na década de 70 com o chamado “milagre econômico”, acarretado por uma aceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), inflação baixa e industrialização, foi possível notar um crescimento exponencial nos padrões de consumo da sociedade, o que acarretou no aumento da demanda de profissionais capacitados, principalmente aqueles estudantes com ensino superior completo o que acabou fazendo com que o governo aumentasse os investimentos fiscais destinados à educação (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, com a elaboração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi possível observar que o ensino superior ganhou uma atenção necessária do poder público, que passou a investir ainda mais nessa etapa de ensino, além do mais, foi nessa época em que a Universidade passou a ser conceituada como uma base educacional que articula ensino a pesquisa. Foi também nessa fase em que o governo criou o Exame Nacional dos Concursos, popularmente conhecido como provão e posteriormente criou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o objetivo de estabelecer padrões para avaliação e organização acadêmica (Vargas, 2021).

Em 2003, com o aprimoramento dos programas governamentais, como por exemplo, a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), foi se ampliando a inserção da classe marginalizada, como por exemplo, pessoas de baixa renda, pretos, pardos, indígenas, imigrantes e portadores de deficiência física, no ensino superior e garantindo um direito fundamental previsto na constituição brasileira, relatada no art.205:

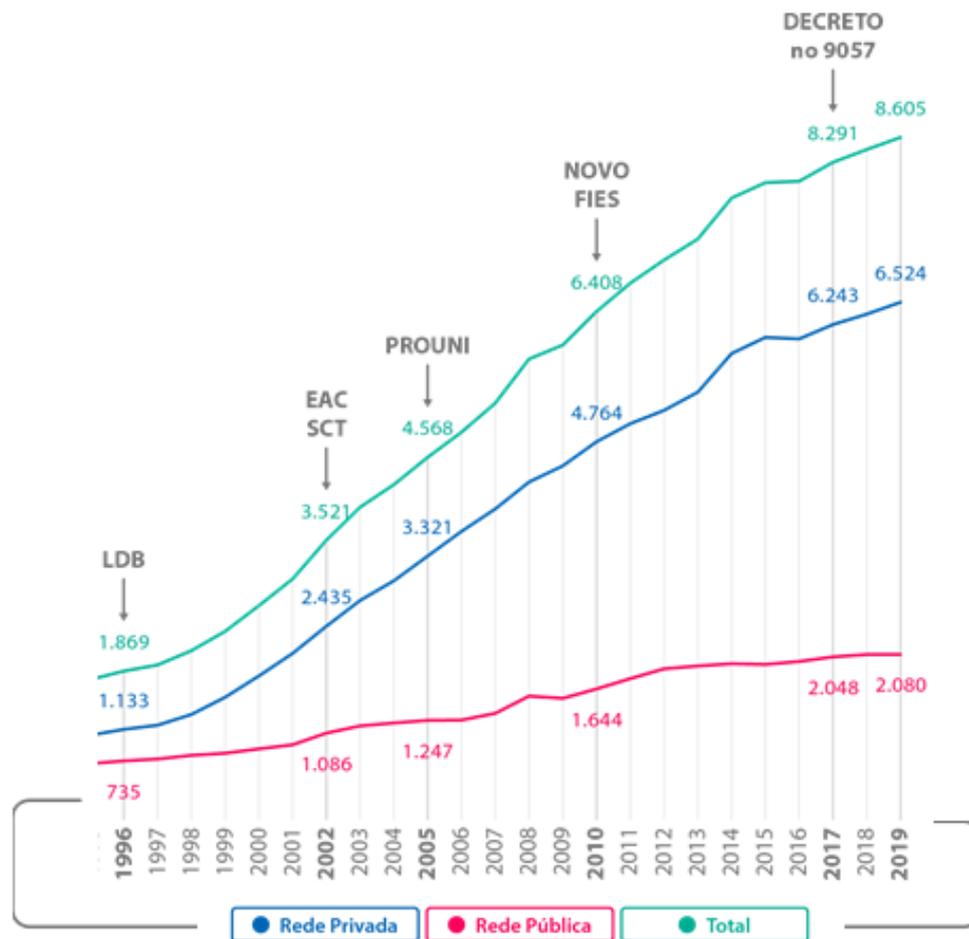
Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205)

Com a criação do decreto nº9.057/2017, que tornou-se público no Diário Oficial da União em 26 de maio de 2017, no qual se modifica a legislação que regula a Educação a

Distância (EaD) no Brasil, foi possível observar um aumento na quantidade de ofertas de vagas de cursos a distância (ZADUSKI,2018).

Sendo assim, é possível observar a evolução do ensino superior no Brasil desde o período da colonização até os dias atuais, tendo em vista que com o crescimento econômico do país tornou-se necessário à especialização da mão de obra o que consequentemente contribuiu para evolução no número de matrículas no ensino superior no Brasil (Figura 1).

Figura 1: Evolução do Número de Matrículas no Ensino Superior Brasileiro (em milhares)



Fonte: Instituto Semesp. Adaptado pela autora.

Entretanto com a inserção das classes marginalizadas no ensino superior e o consequente aumento no número de matrículas no Ensino Superior Brasileiro, outras questões sociais vieram à tona, como por exemplo, a permanência desses grupos nas instituições de ensino, que muitas vezes conciliam trabalho e estudo para concluírem o curso. Nesse sentido torna-se evidente a necessidade de políticas sociais mais focalizadas no ensino superior com o

intuito de fazer com que as pessoas que passaram a ter acesso a um novo método de ensino consigam se formar e crescer na carreira acadêmica e profissional (VARGAS, 2013).

O crescimento quantitativo do ensino superior no Brasil tem trazido à tona questionamentos acerca da sua qualidade, tendo em vista que a qualidade dessa forma de ensino é um importante impulsionador do crescimento econômico de um país. Nesse sentido, é de fundamental importância identificar a influência dos recursos que são base para a educação superior brasileira para que assim o processo de ensino-aprendizagem possa ser acompanhado. Entretanto, no âmbito acadêmico, há evidências de escassez de estudos, o que pode ser notado pela relação do desempenho acadêmico dos alunos com o meio socioeconômico no qual ele está inserido (BRITO, 2015).

Diante disso, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi implantado em 2004, com o objetivo de analisar cada Instituição de Ensino Superior (IES) e a partir disso estabelecer pontos que pudessem atender as necessidades do sistema educacional como um todo, bem como a individualidade de cada instituição. Esse sistema de avaliação se tornou imprescindível, pois ele pode ser usado como referencial para as IES, pois a partir dele elas passaram a ter evidências empíricas a respeito de suas potencialidades e debilidades, e assim passaram a identificar pontos que precisavam melhorar para seguirem em direção a alcançar suas metas (BRITO, 2008).

O SINAES apresenta três subcomponentes: a Avaliação Institucional desenvolvida pelos avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que corresponde a uma auto avaliação feita pelas IES, a Avaliação do Curso feita pelos estudantes através do questionário socioeconômico enviado por meio do ENADE e pelos coordenadores do curso por meio das avaliações e questionários dos coordenadores efetivada pelos docentes dos cursos e a CPA. O SINAES também apresenta como subcomponente a Avaliação do Desempenho dos estudantes concluintes e ingressantes por meio de um exame de larga escala aplicado em alunos que se encaixam nos critérios pré estabelecidos pela legislação vigente, o ENADE (BRITO, 2008).

O Exame Nacional dos Estudantes (ENADE) surgiu em abril de 2004 em conjunto com o Sistema de Avaliação Superior, descrita na lei 10.861, relatada no art-5:

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

A prova do ENADE é feita com o intuito de avaliar os resultados do ensino superior no sistema federal, ela é dividida em categorias entre 1 e 5. Notas entre um e dois são classificadas como insatisfatórias, a nota três é considerada como satisfatória e as Universidades que atingem a nota quatro e cinco são classificadas como ambientes educacionais de alta qualidade. Apresentar resultados positivos na avaliação acaba proporcionando um aumento significativo dos investimentos repassados pelo Ministério da Educação (MEC). Logo, mediante a importância de bons resultados é de interesse das academias terem conhecimento sobre as variáveis que influenciam na performance de seus alunos (SCHLICKMANN, 2008)

Atualmente a prova do ENADE é considerada um dos melhores indutores para avaliar a educação do ensino superior no Brasil, tendo em vista que é um método avaliativo produzido por especialistas de diversas áreas do conhecimento, que tem como base o perfil do curso e não as características individuais de cada estudante, além disso, seu objetivo central é analisar o curso e as instituições como o todo e não apenas sua parte final, assim como acontece em outros exames nacionais como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (GRIBOSKI, 2012).

Como os perfis para análise da elaboração das provas são distintos e envolvem diversas competências e áreas trabalhadas durante todo o perfil do curso, o ENADE explora diversos conteúdos contidos na base de diretrizes educacionais e não apenas conteúdos de caráter profissionalizante. Além do mais, o exame apresenta questões de diferentes complexidades, outrossim é possível identificar o nível de integração do aluno, o que auxilia na análise das características do curso e das instituições analisadas. Dessa forma, é possível notar que os dados coletados no ENADE possibilita a caracterização do perfil dos estudantes

universitários bem como dos ingressantes no curso, além disso, através dos dados coletados é possível identificar pontos na educação que precisam de uma maior atenção por parte do Ministério da Educação (RISTOFF, 2007).

2.2 FATORES RELEVANTES PARA INSERÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NO MERCADO DE TRABALHO.

O trabalho pode ser caracterizado como valor central, na medida em que o emprego torna-se uma forma imprescindível de integrar o ser humano a sociedade (FARIA 2000). A seguir serão apresentados os conceitos do trabalho para diferentes economistas e filósofos, e posteriormente os fatores associados à participação dos estudantes universitários no mercado de trabalho.

2.2.1 Conceitos do trabalho

O trabalho é uma característica fundamental e intrínseca ao ser humano, é como se o fato de trabalhar estivesse diretamente ligado à manutenção da vida e integração do indivíduo na sociedade, o que pode ser notado a partir do seu surgimento desde o período da pré-história onde o ser humano a partir da criação de instrumentos feitos de pedras passou a buscar abrigo e alimentos, sendo assim a partir desse momento o trabalho passou a ser um elemento indispensável no âmbito social (FARIA 2000).

O termo trabalho na maioria das vezes pode ser confundido com atividade, entretanto nem toda atividade realizada refere-se a um trabalho propriamente dito, existe uma relação entre a produção de um determinado bem e o trabalho necessário para sua fabricação, porém a atividade não determina de modo preciso esta relação, ou seja, trabalho é vinculado a um produto, já atividade, não (CUNHA, 1987).

Para o filósofo Hesíodo o fator trabalho era um elemento fundamental para a sociedade, de acordo com ele o trabalho é uma atividade justa que agrada aos deuses, tendo em vista que os frutos só são colhidos por aqueles que trabalham, em contrapartida o homem que vive de forma boêmia partilha de injustiça, pois tem a necessidade de tomar os bens dos outros (CERDAS, 2014).

Segundo Friedrich Engels (1876) o trabalho é uma atividade fundamental e intrínseca às ações humanas, é como se o desenvolvimento do trabalho tivesse criado o próprio homem, pois a partir da sua evolução o ser humano passou a interagir por meio de atividades em grupo, que acabou criando a necessidade de comunicação entre os indivíduos. Ou seja, para o autor foi a partir do trabalho que se originou a cultura e as histórias dos seres humanos.

Para Morin (1996) o trabalho é como uma estrutura afetiva para o ser humano, que possui três componentes: o significado, a orientação e a coerência. O significado diz respeito às concepções que o indivíduo tem de sua atividade laboral, bem como o valor que lhe atribuiu. A orientação é a sua tendência natural para o trabalho, ou seja, o que ele busca e o que guia suas ações. Já a coerência refere-se à harmonia ou a estabilidade que o indivíduo busca de sua relação com o trabalho.

O fator trabalho é um conceito histórico que vem se moldando com o passar do tempo, ele é um elemento fundamental para as teorias de alguns economistas, como por exemplo, de Solow (1956), de acordo com o modelo produzido por ele o equilíbrio de curto prazo é resultante das variações de trabalho e do capital necessários para produzi-lo, todos relacionados na função de produção. Outrossim, a partir de sua teoria foi possível observar que as mudanças associadas ao capital humano interferem diretamente na produtividade do fator trabalho.

Karl Marx (1883) define trabalho como sendo o precursor de valores de uso, ou seja, para o autor, o trabalho é imprescindível à existência humana, como se fosse uma necessidade natural de interligar o ser humano com a natureza, mantendo a vida humana em equilíbrio e favorecendo a sua continuidade.

Para Adam Smith (1776) o preço de uma mercadoria era expresso pela quantidade de trabalho humano necessário para produzi-la, ou seja, uma mercadoria só teria um valor se ela fosse um produto do trabalho humano. Além disso, ele também analisou a medida invariável do trabalho, ou seja, de acordo com o autor a maneira pela qual é possível mensurar o valor de uma mercadoria em qualquer tempo ou espaço só é possível pela quantidade de trabalho necessária para produzi-la.

Outro autor que também tentou explicar a origem do valor comparando-a com a quantidade de trabalho foi o economista David Ricardo (1817), segundo a teoria do valor-trabalho desenvolvida por ele, o trabalho é um fator variável tendo em vista que existe diferença entre o trabalho incorporado e o trabalho comandado, dessa forma sua teoria

pressupõe que as atividades realizadas nos setores produtivos utilizam de capital fixo e circulante na mesma proporção e que o valor de uma mercadoria depende da quantidade de trabalho relativa utilizada na sua produção.

As formas de trabalho foram evoluindo com o passar dos tempos, pois à medida que os indivíduos passaram a se relacionar de formas diferentes passou a surgir na sociedade diferentes formatos de trabalho. Como exemplo dessa multidiversidade pode-se citar: o Patriarcado, a Escravidão, a Casta, a Servidão, as Corporações de Ofício e o Contrato de Trabalho que será o foco do estudo desse trabalho. Ele pode ser conceituado como um acordo de cunho jurídico ou não, entre dois indivíduos, um contratante e o outro contratado, com o objetivo de firmar a relação empregatícia que será criada entre os dois (FONTANA, 2021).

O trabalho também pode ser organizado de diferentes formas de acordo com as necessidades de cada sociedade, ou seja, o trabalho é a base para organização social, sendo assim existem diferentes tipos de organização de trabalho. Como exemplo de diferentes tipos de organização do trabalho é importante destacar, o Fordismo, sistema de produção em massa na qual o trabalhador tem o domínio de apenas uma atividade na linha montagem, o Taylorismo, caracterizado pela maximização da produção no menor tempo possível e o Modelo Toyota de Produção ou Toytismo, caracterizado pelo aumento da produtividade a partir da eficiência sem a criação de estoques ou desperdícios na produção (DE FREITAS RIBEIRO, 2015).

2.2. 2 Fatores associados à participação dos estudantes universitários no mercado de trabalho

Nos últimos séculos, devido ao agravamento das condições socioeconômicas do país, através do aumento de taxas de desemprego, diminuição do estado de bem estar da sociedade, aumento no nível de pobreza e extrema pobreza e aumento da concentração de renda, que influenciam diretamente no contexto educacional do Brasil. Tendo em vista que é notório observar a relação desses fatores com o prolongamento da escolaridade e até mesmo da permanência de estudantes universitários no ensino superior (ZAGO, 2006).

De acordo com Guimarães (2006) existem três tipos de perfis de estudantes, o estudante em tempo integral que diz respeito àqueles que não trabalham, apenas estudam, o estudante-trabalhador, que se refere ao estudante que dedica parte do seu tempo ao trabalho, mas que ainda são mantidos financeiramente por sua família e o trabalhador-estudante que

não depende financeiramente de sua família e muitas das vezes contribui com as despesas da casa.

Sendo assim, é imprescindível analisar os fatores que determinam a inserção de estudantes universitários no mercado de trabalho. Dentro do âmbito acadêmico existem diferentes fatores que influenciam a conciliação do trabalho com a vida acadêmica, como por exemplo, a busca do estudante por experiência profissional, com o intuito de agregar componentes em seu currículo no futuro, já que atualmente tem sido cada vez mais comum a contratação de pessoas apenas com certa experiência (RICHTER, 2004).

Outro fator evidente sobre a inserção de estudantes universitários no mercado de trabalho são os problemas financeiros por parte do estudante ou de sua família, que corroboram para que o trabalho e a vida acadêmica sejam fatores interligados, isso pode ser observado através dos gastos mensais para permanência dos estudantes no âmbito acadêmico, como por exemplo, despesas com moradia, alimentação, material escolar e transporte, que além de já serem muito elevados têm se agravado ainda mais nos tempos de hoje, com o aumento da inflação e diminuição do poder de compra (ZAGO, 2006).

Segundo Terribili Filho e Raphael (2009) é possível observar que boa parte dos estudantes não consegue esperar a conclusão do curso de graduação para ingressar no mercado de trabalho, por condições financeiras ou por necessidade de obter experiência na área profissional, além disso, os autores concluíram que os gastos mensais com o curso, seja pelas mensalidades ou até mesmo pela compra de materiais necessários para o estudo, faz com que o estudante tenha que trabalhar para se manter na Universidade.

Outro autor que também verificou que a razão que leva os estudantes a agregar estudo e trabalho é de cunho financeiro foi Machado (2012), de acordo com ele os estudantes acabavam conciliando trabalho e estudo, pois precisavam contribuir nas despesas familiares ou por ter como objetivo sua independência financeira.

Outros aspectos que também podem estar associados a essa correlação entre o trabalho e a vida acadêmica é o consumo, tendo em vista que o consumismo tem se tornado atualmente um dos parâmetros para sociabilidade, os jovens estudantes, na sua maioria em idade acadêmica, vêm nele uma oportunidade para consumirem e se integrarem a determinados grupos que levam em consideração a quantidade de bens consumidos. Porém é importante destacar que, além do consumo existem outros fatores determinantes para a conciliação do trabalho e estudo feito pelos estudantes do ensino superior. Dentre esses fatores podem-se

citar, a idade, sexo, período do curso, instrução dos pais e a participação econômica na família (CARDOSO; SAMPAIO, 1994).

De acordo com Fernandes e Oliveira (2012) os estudantes-trabalhadores ao conciliarem trabalho e estudos, acabam enfrentando dificuldades, como por exemplo, o cansaço físico e mental e a gestão do tempo de estudo, já que o estudante está inserido no mercado de trabalho e têm obrigações específicas a serem realizadas, o que acaba diminuindo o tempo dedicado para realizar as atividades acadêmicas. Os autores observaram também que o estudante trabalha com o objetivo de conquistar sua independência financeira e também com o intuito de colocar em prática o que vem aprendendo ao longo de sua formação.

Outrossim, é possível observar que o significado que o trabalho traz ao estudante, está associado ao desenvolvimento mais pleno que ele pode proporcionar ao ser humano. Conforme Castanho (1989) é a partir do trabalho que o ser humano conhece o mundo e cria sua existência em outras dimensões, de acordo com ele o trabalho é a principal atividade existencial do indivíduo, pois ele abarca um conjunto de relações culturais, lúdicas e produtivas.

É imprescindível observar ainda que também existem outros fatores que podem corroborar para o fato do estudante trabalhar, como por exemplo, o grau de instrução dos pais. Cardoso e Sampaio (1994) observaram que conforme aumenta o grau de escolaridade tanto da mãe quanto do pai, menor o percentual de estudantes que trabalham.

Nesse contexto, é imprescindível observar que existem fatores socioeconômicos que influenciam na participação dos estudantes universitários no mercado de trabalho, de maneira análoga também é possível analisar que existem fatores que podem influenciar no desempenho acadêmico dos alunos, assunto que será apresentado na seção a seguir.

2.3 FATORES QUE INFLUENCIAM NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Um estudo realizado no Brasil sobre os fatores que levam a evasão de estudantes do ensino superior mostrou que esse fator pode ser classificado em três grupos, o primeiro diz respeito àqueles fatores relacionados ao próprio estudante, como por exemplo, renda, saúde e família, o segundo grupo se refere à estrutura fornecida pela instituição e a integração do

curso, e, por fim também é possível observar influências socioeconômicas e culturais (SILVA, 2016).

Gualberto e Rodrigues (2017) realizaram um estudo sobre o impacto que a participação no mercado de trabalho tem sobre o desempenho acadêmico dos alunos licenciados no ENADE, os autores tiveram como base os microdados do ENADE de 2014 dos cursos de Ciências Biológicas, Licenciatura em Física, Matemática e Química. Eles utilizaram o teste ANOVA para analisar se houve interação entre as variáveis, curso, nota final no ENADE e situação de trabalho, para comprovar o tamanho do efeito os autores utilizaram o coeficiente *d de Cohen*, com desvios padrões determinados. Com os resultados obtidos através da pesquisa os autores concluíram que os resultados indicaram que o trabalho durante o curso de graduação não influencia em um baixo desempenho acadêmico dos estudantes na prova do ENADE, além disso, eles constataram que mesmo sendo observada uma diferença entre as médias dos cursos analisados, seu efeito foi pequeno ou insignificante.

Faria (2017) analisou os fatores que influenciam o desempenho acadêmico de estudantes universitários do curso de Administração do Distrito Federal fazendo uma análise metodológica quantitativa utilizando a técnica multivariada e estatística descritiva. Através de uma regressão múltipla utilizando os dados do ENADE de 2012. A partir dos resultados obtidos na regressão a autora concluiu que existe uma dependência significativa entre o desempenho acadêmico dos estudantes de Administração do Distrito Federal em relação a dados socioeconômicos analisados como renda familiar, escolaridade dos pais e a escola de conclusão do ensino médio.

Primi et al (2018) realizou um estudo sobre a eficácia do ENADE como método avaliativo de cursos superiores, para isso foram utilizados os dados do ENADE de 2006 , além do perfil socioeconômico dos alunos e as informações sobre as instituições. O procedimento metodológico utilizado foi o Modelo Multinível, alinhados em dois níveis, os estudantes no nível 1 e os diferentes cursos no nível 2, para a analisar dos dados, foi considerado como variável dependente o desempenho dos estudantes , a partir dos resultados obtidos o autor concluiu que as notas do ENADE variam de acordo com o perfil socioeconômico de cada aluno.

Um estudo realizado por Da Silva Rezende (2022) sobre o efeito de variáveis socioeconômicas no desempenho acadêmico no ENADE de estudantes do curso de Sistema de Informação, tendo como metodologia o algoritmo árvores de decisão da Microsoft e o

coeficiente de correlação estatístico, a partir de dados do ENADE de 2017. O autor concluiu que o desempenho acadêmico apresenta uma relação de significância com a renda familiar, escola de conclusão do ensino médio, participação em intercâmbio e tipo de parcelamento da mensalidade acadêmica, entretanto o autor concluiu que a modalidade do curso e a inserção do estudante no mercado de trabalho não influenciaram nas notas obtidas pelos alunos.

Teles (2021) analisou o processo de formação dos estudantes de licenciatura que estão inseridos no mercado de trabalho e estudam na Universidade Federal de Goiás (UFG), sua pesquisa utilizou como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica e estudo de campo a partir de um questionário aplicado. O autor concluiu que devido a precarização do trabalho, a juventude Brasileira busca no ensino superior uma alternativa para mudar de vida, entretanto, encontra obstáculos que dificultam sua continuidade na instituição, o que acaba fazendo com que conciliem trabalho e estudo o que acaba tendo como consequência um impacto negativo sobre a saúde mental dos alunos, com o desenvolvimento de doenças como sofrimento, cansaço e medo.

Lemos (2015) realizou um estudo sobre as variáveis analisadas pelo SINAES que influenciam no desempenho acadêmico de estudantes universitários, o autor utilizou como amostra o curso de Ciências Contábeis no ENADE dos anos de 2009 e 2012, ele utilizou como variáveis de controle: a escolaridade dos pais, a nota dos estudantes no Enem, e o regime de trabalho bem como a quantidade de doutores e mestres. Sua pesquisa empregou como procedimento metodológico o teste não paramétrico *Mann-Whitney*, tendo em vista que os dados analisados não apresentavam uma distribuição normal. Com os resultados obtidos através da pesquisa o autor concluiu que a única variável que não apresentou influência com a nota obtida pelos estudantes na prova do ENADE foi à escolaridade dos pais. Entretanto as demais variáveis utilizadas, a nota dos estudantes no Enem e o regime de trabalho bem como a quantidade de doutores e mestres foram significativas, mostrando que as entidades devem investir em pontos como infraestrutura, qualificação dos docentes e na quantidade de doutores e mestres para obterem melhores resultados no ENADE.

Um estudo feito por Brito (2015) sobre os fatores que influenciam no desempenho acadêmico de estudantes universitários nas provas do ENADE, tendo como base os microdados do ENADE de 2012 no curso de Administração e os microdados do Censo de Educação Superior no mesmo ano utilizando como procedimento metodológico o teste de KMO e Bartlett através de uma análise fatorial. Com o intuito de condensar as informações contidas em variáveis diferentes, já que ele utilizou como variáveis a nota geral do curso de

Administração além das médias ponderadas das questões objetivas de Formação Geral e as questões objetivas do Componente Específico. Com os resultados obtidos através da pesquisa, o autor concluiu que a escolaridade do corpo docente, a quantidade de cursos oferecidos e a quantidade de docentes por curso apresenta significância no desempenho acadêmico dos estudantes na prova do ENADE.

Wainer (2017) realizou um estudo sobre o desempenho acadêmico de estudantes universitários nos ENADE dos anos de 2012 a 2014 comparando as notas de alunos que entraram no ensino superior por meio de cotas, que receberam financiamento através do FIES ou receberam bolsa a partir do PROUNI com a nota obtida por colegas de classe que não participaram de programas de políticas de inclusão. O autor utilizou os 77 cursos analisados nas provas do ENADE de 2012 a 2014, como variáveis de controle o autor utilizou a notas dos exames gerais e específicos da prova. Com os resultados obtidos através da pesquisa o autor concluiu que alunos cotistas e que receberam financiamento através do FIES obtiveram um desempenho equivalente aos demais estudantes, entretanto os alunos que receberam bolsa através do PROUNI tiveram um desempenho superior aos demais estudantes.

O desempenho acadêmico de alunos do ensino superior também pode ser influenciado pela atuação no mercado de trabalho assim como mostra um estudo feito por Coelho (2019), a partir de uma análise documental e tendo como referência uma base de dados fornecida pela secretaria do Sistema de Informação da Universidade Federal Fluminense. Sobre a correlação entre o estagio e a performance de estudantes universitários, seus resultados mostraram que existe uma relação direta entre o estagio e a redução nas notas, aprovação por semestre e quantidade de disciplinas cursadas por período, ou seja, estudantes que participaram de alguma inserção no mercado de trabalho através do estagio apresentaram uma redução no número de aprovação devido a menor dedicação as atividades acadêmicas.

Nesse sentido, como a participação no mercado de trabalho é determinada como um dos fatores que influenciam no desempenho acadêmico de estudantes universitários, é notório observar que existem pesquisas que envolvem o tema abordado.

Niqui (2015) realizou uma pesquisa com o intuito de investigar a relação entre o desempenho acadêmico de estudantes universitários com as características básicas do trabalho, através de um modelo de regressão logística múltipla realizado com uma amostra de estudantes de Universidade Pública, com idade entre 18 e 26 anos, que cursavam no turno da noite qualquer um dos períodos oferecidos pela Faculdade de Economia e Administração (FEA). A mostra foi escolhida voluntariamente a partir do preenchimento de um

questionário sobre a relação entre a performance acadêmica e o mercado de trabalho. A autora concluiu que existe uma relação direta entre o baixo aproveitamento universitário e a atuação no mercado de trabalho.

Outra pesquisa relacionada com o tema foi realizada por Lang (2012), que tinha como objetivo analisar as semelhanças e diferenças nas notas entre estudantes integrados no mercado de trabalho com aqueles que não trabalhavam. Em uma Universidade Pública Americana de médio porte o autor utilizou dados coletados da Pesquisa Nacional de Engajamento Estudantil (NSSE), e além de analisar a relação entre a participação no mercado de trabalho com a nota de estudantes que trabalham ou não, ele utilizou como variável dependente o envolvimento nas atividades extracurriculares. O autor concluiu que não existem diferenças significativas entre as médias dos estudantes que estão integrados no mercado de trabalho e os que não trabalham.

Katsikas e Panagiotidis (2011) realizaram uma pesquisa na Grécia sobre os status dos estudantes universitários, os que trabalham ou não, os relacionando com as notas obtidas nas disciplinas da graduação com o intuito de investigar se haveria influências negativas sobre as mesmas. Eles utilizaram dados administrativos, além de ter como base metodológica, os métodos de regressão e regressão quantílica. Os autores concluíram que não existe uma diferença significativa entre as médias dos estudantes que trabalham se comparada aos que não realizam nenhuma atividade no mercado de trabalho.

Triventi (2014) ressaltou que a atuação no mercado de trabalho afeta a progressão acadêmica do aluno, através de uma análise estatística, ele concluiu que por conta do trabalho o estudante tem um tempo reduzido para se dedicar aos estudos se comparado ao tempo disponível de alunos que apenas estudam isso pode ocorrer devido ao cansaço físico e mental decorrentes de longas jornadas de trabalho.

Silva e Padoin (2008) analisaram a relação entre o desempenho no vestibular e o desempenho durante o curso de graduação, nos cursos de Ciências Biológicas tanto de Bacharel quanto de Licenciatura na Região do Paraná. Analisando os dados através de uma análise quantiqualitativa de caráter exploratório, os autores concluíram que existe uma correlação positiva entre o desempenho no vestibular e o desempenho no curso de graduação, além do mais, eles concluíram que os estudantes que tinham uma participação no mercado de trabalho apresentaram uma performance inferior na graduação e em sua maioria obtiveram notas abaixo da média e reprovações.

Nagai (2009) realizou um estudo sobre as diferenças entre os padrões de vigília-sono de estudantes universitários atuantes no mercado de trabalho, através de um estudo de campo utilizando um actímetro, instrumento que avalia a duração do sono, os dados obtidos foram aplicados à análise de variância e ao teste t-student. A autora concluiu que estudantes com uma maior jornada de trabalho acabavam dedicando um tempo menor aos estudos e que o tempo dedicado às aulas apresentou uma ligação direta com a quantidade de reprovação. Além disso, constatou que em relação à vigília-sono, estudantes universitários que dormiam poucas horas de sono por dia, dedicavam uma maior parte do seu tempo às aulas tendo como parâmetro que os estudantes analisados em sua maioria estudavam durante a noite.

Mounsey et al (2013) realizou um estudo sobre a diferença entre estudantes universitários que trabalham e não trabalham tendo como base o desempenho acadêmico, a saúde mental e as noções sobre o emprego estudantil, cada um dos parâmetros utilizados foram determinados de formas diferentes. A saúde mental foi analisada com base no Inventário de Ansiedade de Beck¹ e pelo Inventário de Depressão de Beck-II², o desempenho acadêmico foi mensurado de acordo com a média das notas obtidas por cada aluno e as noções sobre o emprego estudantil foram determinadas a partir de um estudo de campo com questionário aplicado. Os autores concluíram que não existe uma diferença expressiva entre a saúde mental e o desempenho acadêmico de estudantes que trabalham e não trabalham, entretanto estudantes universitários que trabalham tendem a ter mais ansiedade se comparados aos que não trabalham.

Além disso, o fator trabalho está relacionado de maneira direta a outro entrave social, o aumento no índice de abandono escolar. Segundo Lima (2014), entres os principais motivos que levam os estudantes a abandonar os estudos estão: as condições precárias de trabalho, a participação econômica na família e os baixos salários.

Danilo (2016) analisou os efeitos da participação no mercado sobre o desempenho dos estudantes no ENADE de 2013, a variável dependente utilizada foi a média geral da prova, tendo também outras variáveis relevantes para o estudo, como por exemplo, a situação do trabalho e da instituição ao qual o universitário está inserido. Como o autor não inferiu uma distribuição normal sobre a média dos alunos, ele submeteu os dados ao teste *Kruskal-Wallis* e comparou as médias *Nemenyi* utilizando o programa estatístico R. O autor concluiu que

¹ Questionário com vinte e uma questões de múltipla escolha com o intuito de estimar a severidade do indivíduo analisado.

² Versão mais recente do inventário.

estudantes universitários que não trabalhavam obtiveram um melhor desempenho se comparado àqueles que trabalham pelo menos 20 horas semanais.

A partir dos trabalhos analisados é possível observar que já existem pesquisas que correlacionam o desempenho acadêmico com o mercado de trabalho, este trabalho agrega a literatura na medida em que analisa em um recorte de tempo um curso em específico, o de Ciências Econômicas, tendo em vista que não existem trabalhos que analisam apenas esse curso isoladamente dos demais, durante esse período de tempo. No próximo capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos que servirão de base para obtenção dos resultados.

3 METODOLOGIA

O procedimento metodológico base para essa pesquisa é de natureza descritiva e exploratória, que tem como objetivo analisar a relação entre a participação no mercado de trabalho e o desempenho acadêmico de estudantes do curso de Ciências Econômicas no ENADE (GIL, 2002). Sendo a nota geral na prova, que corresponde a variável dependente do modelo, que equivale à média das questões de formação geral e componente específico juntas, e as horas de trabalho, a variável independente.

Foi utilizado o Modelo Multinível, já que existem estruturas aninhadas de dados, onde determinadas variáveis variam entre unidades distintas que representam grupos, mas não entre observações pertencentes a um mesmo grupo.

A estrutura de dados agrupados apresenta dois níveis, com estudantes (nível 1) aninhados em turmas (nível 2), é importante destacar que existem várias Universidades que ofertam o curso de Economia, além disso algumas instituições oferecem o curso em mais de uma localidade, nesse contexto cada um desses cursos é chamado de turma. Logo a partir das variáveis de interesse será analisado se existem características de estudantes que explicam eventuais diferenças de desempenho no ENADE entre as turmas, assim como se existem características das turmas que explicam eventuais diferenças no desempenho dos estudantes.

Os microdados a serem utilizados foram obtidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) tendo como referência os dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) nos anos de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018. Logo, será analisado o desempenho dos alunos do curso de Ciências Econômicas em relação à quantidade de horas de trabalho semanal.

Nos anos de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018, participaram da avaliação 65.685 estudantes do curso de Ciências Econômicas, entretanto nos anos de 2006 e 2009 foram incluídos na realização do exame alunos ingressantes do curso, e como a pesquisa visa analisar a relação entre o desempenho acadêmico no ENADE e participação no mercado de trabalho, e nos últimos anos o exame incluiu apenas concluintes, os alunos ingressantes desses anos foram excluídos do modelo resultando em 46.536 observações.

Variáveis de controle disponibilizadas pelo ENADE, também serão utilizadas para mensurar essa relação, dentre elas: sexo, cor ou raça, estado civil, grau de instrução da mãe,

região, renda total da família incluindo o rendimento do aluno e horas semanais dedicadas ao estudo.

A variável dependente do modelo *nt_ger* é a nota bruta da prova, que é dada pela média ponderada da formação geral que equivale a 25% da nota total e o componente específico que equivale a 75% da nota total.

A variável independente *h_trab* diz respeito a melhor alternativa que descreve a situação de trabalho do estudante, ela é dividida em cinco categorias, Não trabalha, Trabalha eventualmente, Até 20h, Mais de 20h a 30h e Mais de 30h a 40h.

A variável *horas_est* diz respeito à quantidade de horas por semana, aproximadamente, que o estudante dedicou aos estudos, sem contar as horas de aula, ela é dividida em quatro categorias, Nenhuma, De 1 a 3 horas, De 4 a 8 horas, Acima de 8 horas.

A variável *renda* que se refere à renda total da família do estudante, incluindo seus rendimentos, ela é dividida em três categorias, Até 3 salários mínimos, Acima de 3 até 10 salários mínimos e Acima de 10 salários mínimos. A primeira categoria refere-se a estudantes com rendas até 3 salários mínimos, a segunda categoria a estudantes com renda acima de 3 salários mínimos até 10 salários mínimos e a terceira categoria a estudantes com renda acima de 10 salários mínimos.

A variável *masculino* é uma dummy em que um refere-se a estudante do sexo masculino e zero a estudantes do sexo feminino. É importante destacar que essa variável diz respeito às características sexuais e não a orientação sexual dos estudantes analisados.

A variável *preto_pardo_indig* é uma dummy que um diz respeito a estudantes que pertence a cor ou raça, preto, pardo ou indígena, em que um refere-se a estudantes da raça em questão e zero a estudantes das demais raças. É importante destacar que essa dummy foi escolhida para o modelo, já que são raças que tiveram menos acesso a educação, principalmente ao ensino superior.

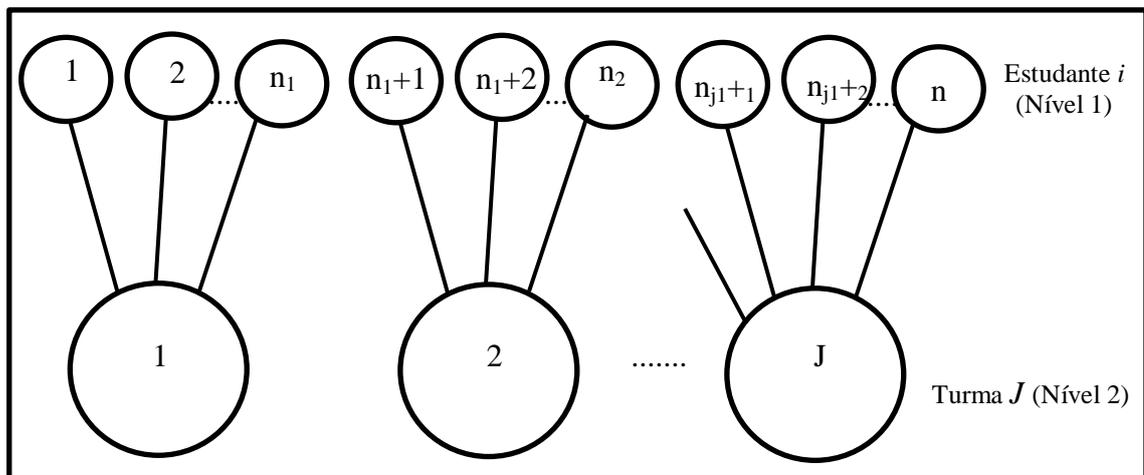
A variável *solteiro* é uma dummy do estado civil dos estudantes, em que um refere-se a estudantes solteiros e zero a estudantes de outros estados civis. É importante destacar que a variável foi escolhida para o modelo tendo em vista que a maior parte dos estudantes pertencem a esse estado civil, aproximadamente 82%.

A variável *mae_ gradu* é uma dummy que inclui o grau de escolarização da mãe do estudante, em que um diz respeito a estudantes que possuem mãe com ensino superior completo e zero, estudantes que possuem mãe com outros graus de escolarização.

A variável *regiao* inclui as cinco regiões brasileiras, Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e caracteriza o estudante de acordo com a região onde ele mora.

Foram incluídos efeitos fixos de ano no modelo. Além disso, foram rodados separadamente um modelo com estudantes de instituições públicas e outro com alunos de instituições privadas de ensino superior. A metodologia que será explicada a seguir tem como referência Fávero (2017).

Figura 2: Estrutura hierárquica da base de dados



Fonte: FÁVERO (2017, p.858). Adaptado pela autora.

A figura 2 permite que seja observado o aninhamento existente entre os estudantes (nível 1) e as turmas (nível 2) o que caracteriza a existência de dados agrupados. Inicialmente será utilizado um modelo de regressão linear múltipla, representado na equação (1.1), para que a partir dela seja definida a equação geral de um modelo hierárquico linear com dados agrupados em dois níveis.

$$Y_i = b_0 + b_1 \cdot X_{1i} + b_2 \cdot X_{2i} + \dots + b_Q \cdot X_{Qi} + r_i \quad (1.1)$$

Onde, Y corresponde ao fenômeno em estudo (variável dependente), b_0 refere-se ao intercepto, b_1, b_2, \dots, b_Q são os coeficientes de cada variável, X_1, \dots, X_Q são as variáveis explicativas e r corresponde aos termos de erro.

A equação (1.1) apresenta observações homogêneas, ou seja, não oriundas de grupos distintos, que podem interferir de forma diferente na variável Y . Porém, pode-se dividir em dois grupos de observações estimados em dois modelos distintos mostrados nas expressões a seguir:

$$Y_{i1} = b_{01} + b_{11} \cdot X_{1i1} + b_{21} \cdot X_{2i1} + \dots + b_{Q1} \cdot X_{Qi1} + r_{i1} \quad (1.2)$$

$$Y_{i2} = b_{02} + b_{12} \cdot X_{1i2} + b_{22} \cdot X_{2i2} + \dots + b_{Q2} \cdot X_{Qi2} + r_{i2} \quad (1.3)$$

Onde, b_{01} , b_{02} são os valores médios esperados de Y . Logo, quando todas as variáveis explicativas forem iguais à zero os coeficientes de cada variável serão respectivamente as variáveis explicativas no modelo de cada grupo, além do mais, os termos de erro de cada grupo representam os termos específicos em cada modelo. Dessa forma, um modelo de primeiro nível com dados agrupados é dado pela seguinte equação:

$$Y_{ij} = b_{0j} + b_{1j} \cdot X_{1ij} + b_{2j} \cdot X_{2ij} + \dots + b_{Qj} \cdot X_{Qij} + r_{ij} \quad (1.4)$$

Os modelos individuais que retratam as observações de cada grupo podem apresentar inclinações e interceptos diferentes, que pode ser explicado por algumas características dos próprios grupos. Sendo assim, a equação (1.4) pode ser reescrita, deixando os interceptos b_{0j} em função de uma variável explicativa W , que representa uma característica dos grupos existentes:

$$b_{0j} = y_{00} + y_{01} \cdot W_j + u_{0j} \quad (1.5)$$

Onde y_{00} representa o valor esperado da variável dependente, y_{01} o valor esperado para uma determinada observação pertencente ao grupo quando W variar em uma unidade, *ceteris paribus* e u_{0j} representa os termos de erro que mostram que existe aleatoriedade nos interceptos, que pode ser resultado das características de diferentes grupos. Outrossim, as inclinações b_{1j} também podem ser expressas em função de uma determinada variável explicativa W , que representa uma característica dos grupos existentes, a partir da equação (1.4):

$$b_{1j} = y_{10} + y_{11} \cdot W_j + u_{1j} \quad (1.6)$$

Em que y_{10} representa uma alteração no valor esperado da variável dependente, y_{11} uma alteração no valor esperado para uma determinada observação pertencente ao grupo quando W variar em uma unidade, *ceteris paribus* e u_{1j} representa os termos de erro que mostram que existe aleatoriedade nas inclinações, que também pode ser resultado das características de diferentes grupos.

Combinando as equações (1.4) e (1.6), é possível expressar a equação geral que representa um modelo para dados agrupados considerando um modelo de dois níveis:

$$Y_{ij} = (y_{00} + y_{01} \cdot W_j + u_{0j}) + (y_{10} + y_{11} \cdot W_j + u_{1j}) \cdot X_{1ij} + r_{ij} \quad (1.7)$$

É importante observar que a primeira parte da equação representa os interceptos com efeitos aleatórios onde em W_j serão expressos o conjunto de variáveis explicativas da turma (nível 2), já a segunda parte da equação representa a inclinação com efeitos aleatórios onde em X_{1ij} serão expressos o conjunto de variáveis explicativas do estudante (nível 1), que como será mostrado posteriormente é um vetor formado por um conjunto de oito variáveis.

Os efeitos aleatórios u_{0j} e u_{1j} apresentam distribuição normal multivariada, possuem médias iguais à zero, τ_{00} , e variâncias iguais τ_{11} , além do mais, os termos de erro r_{ij} apresentam distribuição normal, com variância igual a σ^2 e média igual a zero. Dessa forma a matriz de variância-covariância dos termos de erro pode ser definida por:

$$\text{var} [\mathbf{u}] = \text{var} \begin{bmatrix} u_{0j} \\ u_{1j} \end{bmatrix} = \mathbf{G} = \begin{bmatrix} \tau_{00} & \sigma_{01} \\ \sigma_{01} & \tau_{11} \end{bmatrix}$$

A partir dessa matriz pode-se definir a relação entre as variâncias destes termos de erro, conhecida por relação intraclasse, que é definida pela equação:

$$\text{rho} = \frac{\tau_{00} + \tau_{11}}{\tau_{00} + \tau_{11} + \sigma^2} \quad (1.8)$$

A relação intraclasse pondera a proporção da variância total, caso ela seja igual a zero, não ocorre variância dos indivíduos entre os grupos do nível 2, porém, se for diferente de zero pela presença de um termo de erro que apresente significância em consequência da presença do nível 2 na análise, procedimentos tradicionais, como a dos mínimos quadrados ordinários, não são adequados para estimação do modelo.

Elaborando os procedimentos com foco na estimação de um modelo hierárquico linear de dois níveis, com estudantes (nível 1) aninhados em turmas (nível 2). O primeiro modelo que foi estimado, conhecido por modelo nulo, permite que seja verificado se existe

variabilidade na nota geral dos estudantes de diferentes turmas, neste primeiro modelo nenhuma variável explicativa será inserida, já que a partir dele é considerado apenas a existência de um intercepto e dos termos de erro u_{0j} e r_{ij} , com variâncias iguais a τ_{00} e σ^2 . O modelo nulo pode ser representado a partir da equação:

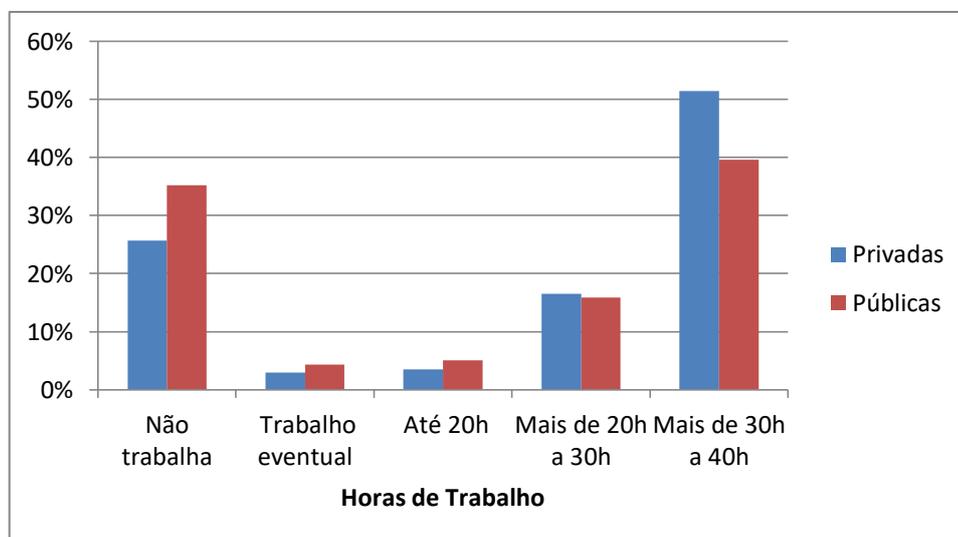
$$nt_ger_{ij} = \gamma_{00} + u_{0j} + r_{ij} \quad (1.9)$$

No capítulo a seguir serão apresentados os resultados e discussões do modelo, onde inicialmente será feita uma comparação de algumas variáveis entre estudantes de instituições públicas e privadas e logo após serão apresentados os resultados obtidos a partir do modelo com interceptos e inclinações aleatórias com máxima verossimilhança restrita, com os termos aleatórios u_{0j} e u_{1j} correlacionados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados obtidos a partir do Modelo Multinível agrupados em dois níveis com estudantes (nível 1) aninhados em turmas (nível 2), logo a partir do modelo será possível analisar a relação entre desempenho acadêmico e participação no mercado de trabalho de estudantes do curso de Ciências Econômicas. Inicialmente a partir das variáveis será possível observar o perfil dos alunos que estão sendo analisados, fazendo uma comparação entre estudantes de instituições públicas e privadas. Outrossim, é necessário destacar que 62% dos alunos analisados estudam em Universidades públicas, enquanto que 38% dos alunos estudam em Universidades privadas.

Figura 3: Horas de Trabalho dos alunos de Instituições Públicas e Privadas

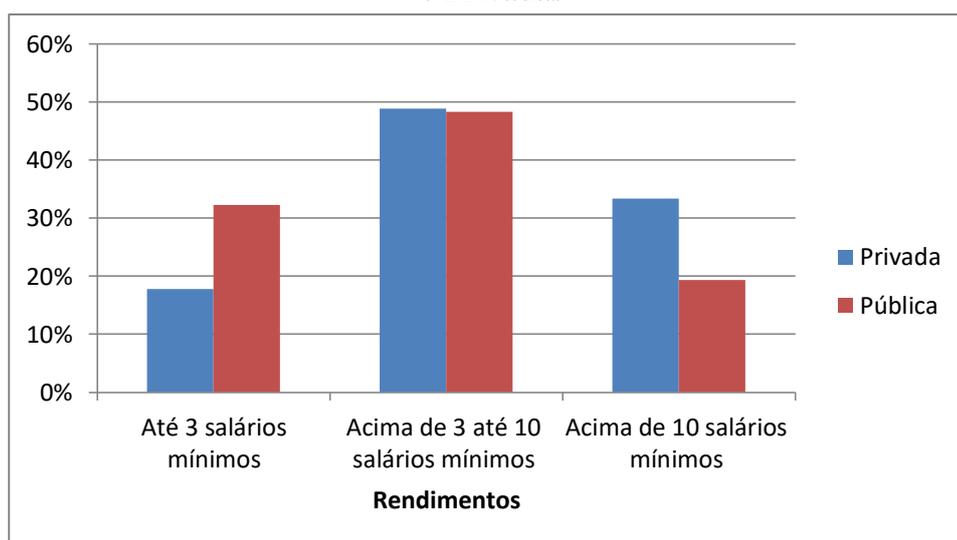


Fonte: Elaboração Própria, dados da pesquisa.

A partir da figura 3 é possível analisar que o percentual de alunos de instituições públicas que não trabalham é maior, se comparado a alunos de instituições privadas, assim como é possível observar que a quantidade de alunos de faculdades públicas que trabalham eventualmente ou que trabalham até 20 horas semanais possuem um percentual maior em relação aos que estudam em faculdades privadas nas mesmas categorias. O percentual de alunos de instituições privadas que trabalham mais de 20 horas a 40 horas semanais é maior se comparado a alunos de instituições públicas, talvez tudo isto esteja relacionado com o fato de que os estudantes de instituições privadas precisam ter uma renda para pagar as mensalidades

da faculdade, o que não acontece com estudantes de faculdades públicas. De maneira geral, é possível ponderar que a maior parte dos estudantes de ambas as instituições trabalham mais de 30 horas a 40 horas semanais, talvez isso aconteça, pois como a maioria dos estudantes são concluintes, talvez eles já estejam integrados no mercado de trabalho colocando em prática o que aprenderam no decorrer do curso ou estão integrados no mercado de trabalho para conseguirem concluir a graduação.

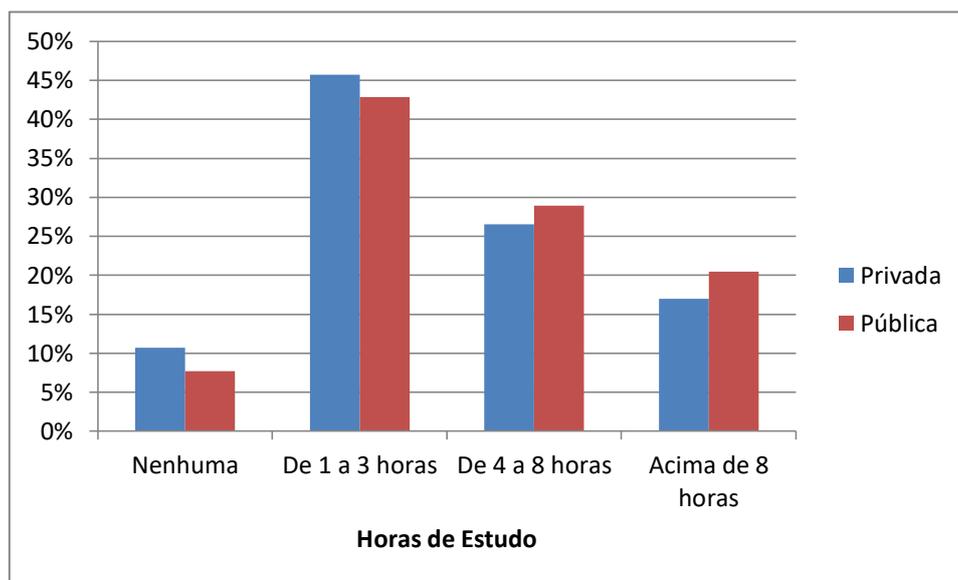
Figura 4: Rendimentos dos alunos de Instituições Públicas e Privadas



Fonte: Elaboração Própria, dados da pesquisa.

A partir da figura 4 é evidente observar que o percentual de alunos de instituições públicas que possuem como rendimento familiar até 3 salários mínimos é menor, se comparado a estudantes de instituições privadas, enquanto que o percentual de alunos de estabelecimentos de ensino privado que tem como rendimento familiar acima de 3 até 10 salários mínimos é maior, se comparado a alunos de instituições públicas, assim como acontece com o percentual de alunos que tem como rendimento familiar acima de 10 salários mínimos. Possivelmente, isso pode estar atrelado à análise anterior tendo em vista que estudantes de instituições privadas dedicam mais horas por semana ao mercado de trabalho e em decorrência disso possuem rendimentos maiores, outro cenário possível é o fato de que quanto menor o rendimento familiar, menor a possibilidade de o aluno ingressar em uma instituição privada, pois essa renda provavelmente será destinada a produtos de subsistência.

Figura 5: Horas de Estudo dos alunos de Instituições Públicas e Privadas



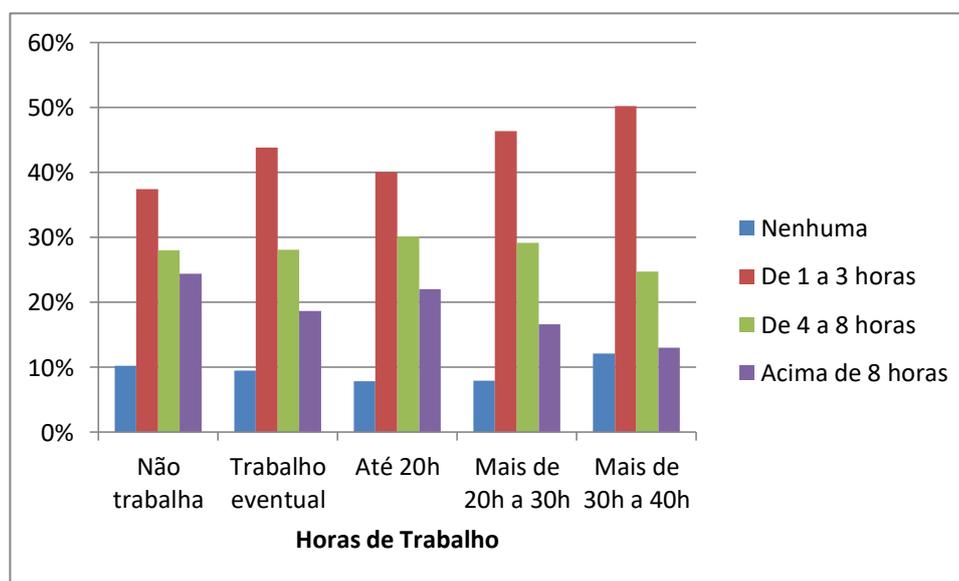
Fonte: Elaboração Própria, dados da pesquisa.

Por meio da figura 5 torna-se evidente que o percentual de alunos de instituições privadas que não dedicam nenhuma hora por dia aos estudos, apenas assistem às aulas é maior, se comparado a estudantes de instituições públicas, assim como acontece com os estudantes que estudam de 1 a 3 horas por dia. Entretanto, o percentual de alunos que dedicam de 4 a 8 horas por dia aos estudos ou acima de 8 horas é maior, se comparado a estudantes de instituições privadas. É possível que isso aconteça, pelo fato de que os estudantes de instituições privadas estarem mais integrados no mercado se comparado aos de instituições públicas, como foi mostrado anteriormente, logo eles possuem um tempo reduzido para se dedicarem aos estudos.

A figura 6 faz uma comparação entre as horas de trabalho e as horas de estudos de estudantes de instituições privadas, por meio dela são possíveis constatar que estudar de 1 a 3 horas por semana é a observação mais frequente do conjunto de dados, além disso, o percentual de estudantes que não dedicam nenhuma hora por dia aos estudos, apenas assistem as aulas são os que dedicam mais de 30 horas a 40 horas por semana ao trabalho, o é provável de acontecer tendo em vista que quanto maior a jornada de trabalho menor o tempo para o estudante dedicar aos estudos. O percentual de estudantes que dedicam de 4 horas a 8 horas por dia aos estudos é maior para estudantes que trabalham até 20 horas por semana, já o percentual de estudantes que dedicam acima de 8 por dia aos estudos é maior para aqueles

estudantes que não trabalham, o que provavelmente acontece devido a um período de tempo maior que o estudante possui já que não está integrado no mercado de trabalho.

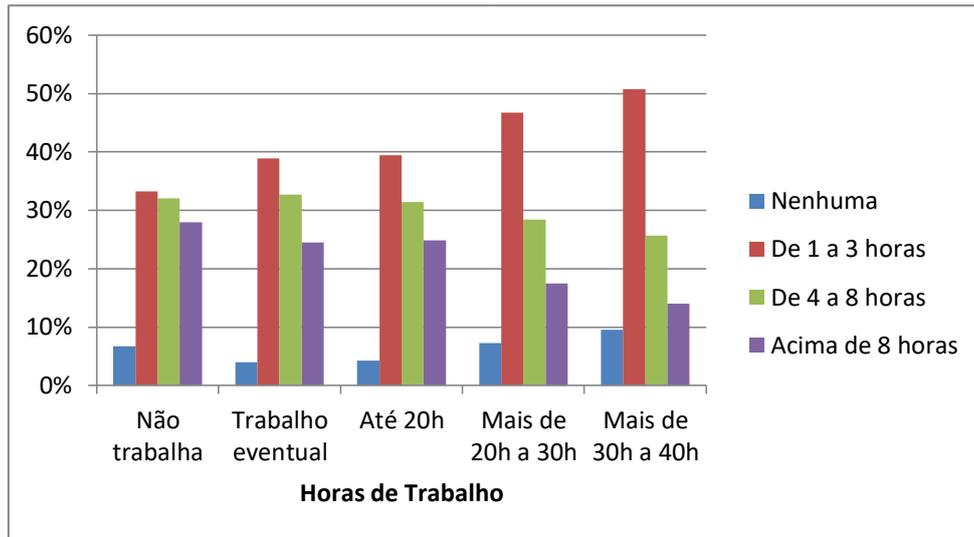
Figura 6: Comparação entre as Horas de Trabalho e as Horas de Estudos nas Instituições Privadas



Fonte: Elaboração Própria, dados da pesquisa.

A figura 7 faz uma comparação entre as horas de trabalho e as horas de estudos de alunos das instituições públicas. A partir dela é possível observar que o percentual de estudantes que dedicam de 1 a 3 horas por dia aos estudos é maior para todas as categorias de Horas de trabalho, além disso, possui uma tendência crescente à medida que mais horas por semana são dedicadas ao mercado de trabalho, com exceção dos estudantes que trabalham até 20 horas semanais. O percentual de estudantes que não dedicam nenhuma hora por dia aos estudos, apenas assistem as aulas é maior para aqueles estudantes que dedicam mais de 30 horas a 40 horas semanais ao trabalho, o que provavelmente pode ser explicado pelo fato do estudante possuir menos tempo durante o dia para se dedicar aos estudos. Já o percentual de estudantes que dedicam de 4 a 8 horas por dia aos estudos é maior para os estudantes que trabalham eventualmente, enquanto que o percentual de estudantes que dedicam acima de 8 por dia aos estudos é maior para estudantes que não trabalham, que talvez possa ser explicado pelo fato dos estudantes terem um período de tempo maior já que não estão integrados no mercado de trabalho.

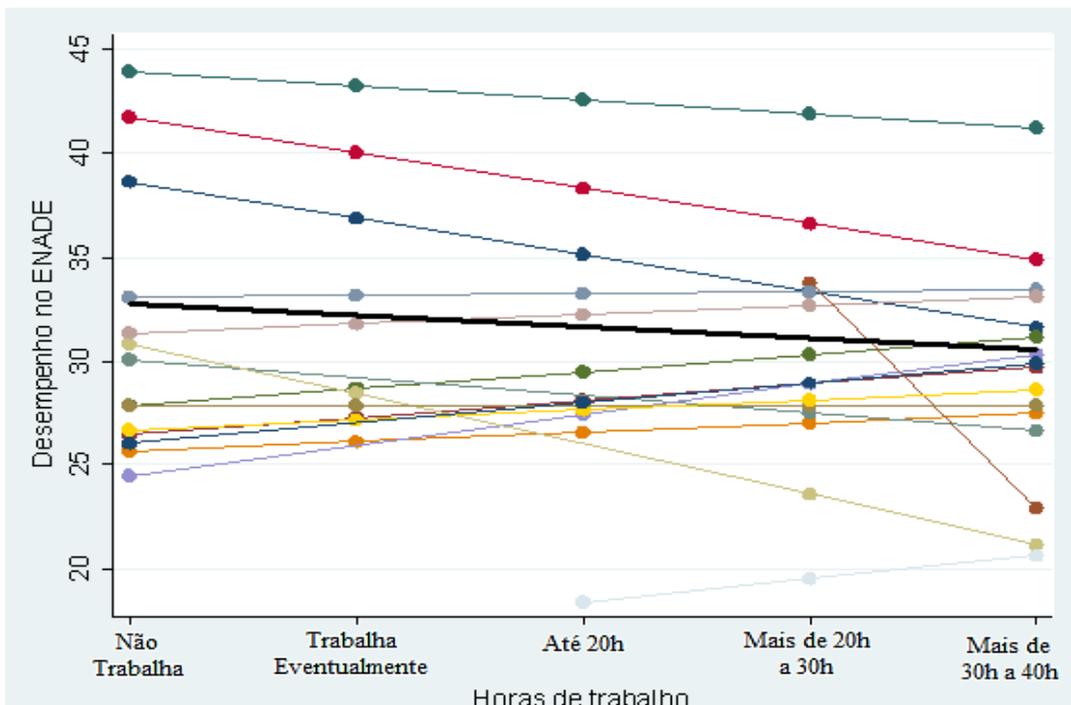
Figura 7: Comparação entre as Horas de Trabalho e as Horas de Estudos nas Instituições Públicas



Fonte: Elaboração Própria, dados da pesquisa.

As figuras a seguir apresentam a relação entre o desempenho no ENADE e as horas de trabalho de estudantes de instituições públicas e privadas no Nordeste, é importante destacar que a região nordeste foi escolhido, pois é a segunda região com mais cursos de Ciências Econômicas, cerca de 20% dos cursos analisados.

Figura 8: Relação entre o desempenho médio no ENADE e as Horas de trabalho de estudantes de Faculdades Privadas do Curso de Ciências Econômicas no Nordeste

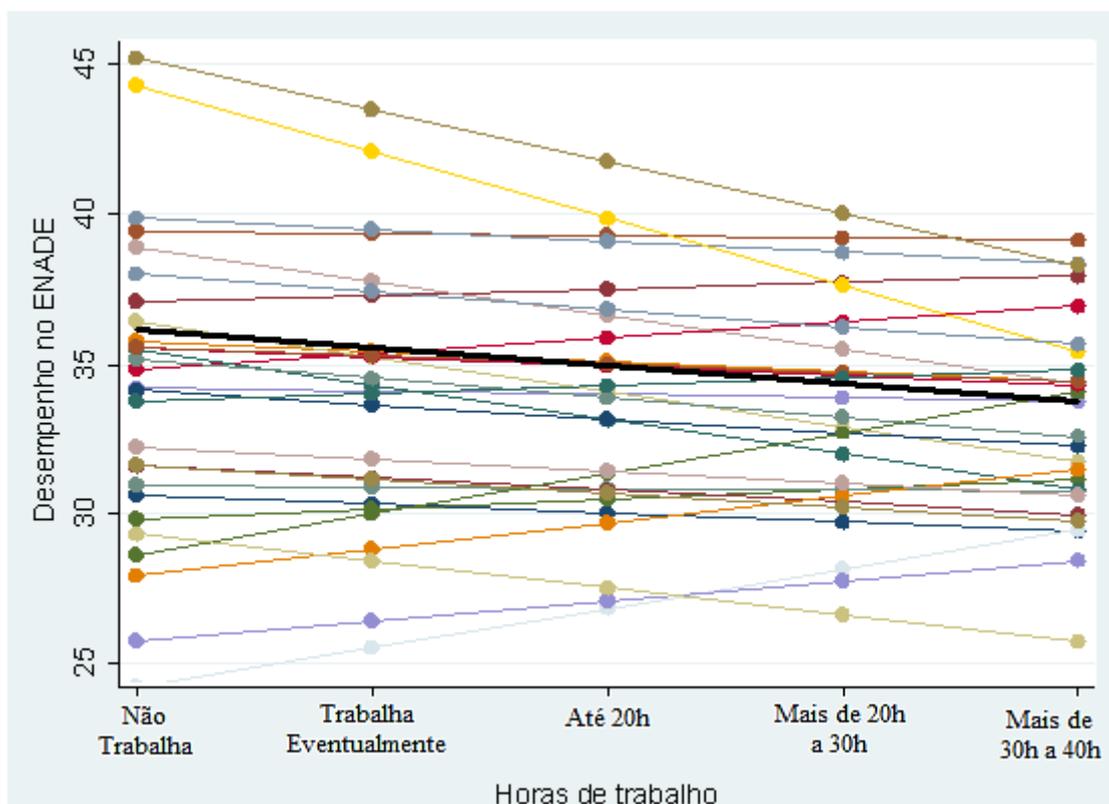


Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa. *Software STATA.*

Além disso, é importante frisar que a análise é feita para a região Nordeste, pois analisar o Brasil como um todo se tornaria inviável, já que são muitas turmas tanto de instituições públicas quanto privadas que compõe o modelo.

A partir da figura 8 é possível analisar que em algumas instituições privadas quanto maior o tempo de trabalho, pior o desempenho do aluno, assim como em algumas instituições de ensino quanto maior o tempo de trabalho melhor o desempenho do aluno no ENADE. Na média, quanto mais tempo de trabalho pior o desempenho do aluno nas instituições privadas no Nordeste.

Figura 9: Relação entre o desempenho médio no ENADE e as Horas de trabalho de estudantes de Faculdades Públicas do Curso de Ciências Econômicas no Nordeste

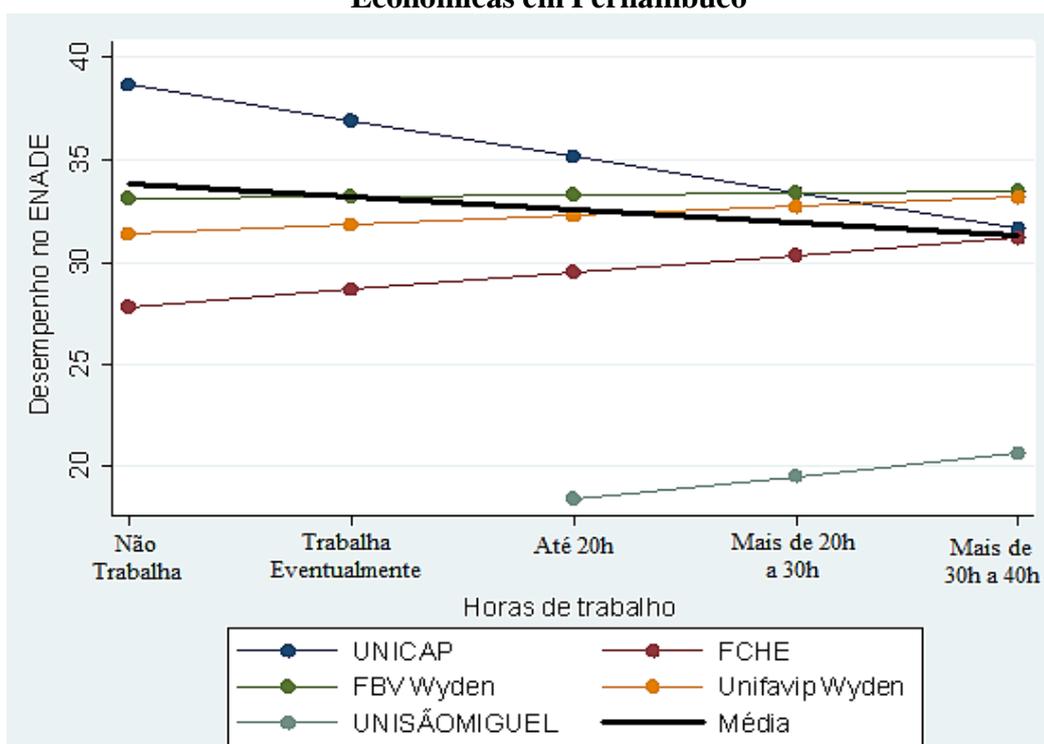


Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa. *Software STATA.*

Por meio da figura 9 é possível analisar que na média quanto maior o tempo de trabalho pior o desempenho do aluno de instituições públicas do Nordeste no ENADE, entretanto em algumas instituições quanto maior o tempo de trabalho melhor o desempenho do aluno. Nesse contexto, fazendo uma comparação entre a figura 7 e a 8 é possível analisar que em ambas quanto maior o tempo de trabalho pior o desempenho do estudante na prova

do ENADE, na média, mas que existem instituições em que o inverso também acontece. Devido a grande quantidade de instituições situadas no Nordeste, foi feita essa mesma comparação apenas para instituições localizadas em Pernambuco, com o intuito de fazer uma análise mais focalizada e apenas a título de exercício, porém todo o restante da análise que segue é para o Brasil.

Figura 10: Relação entre o desempenho no ENADE e as Horas de trabalho de estudantes de Faculdades Privadas do Curso de Ciências Econômicas em Pernambuco



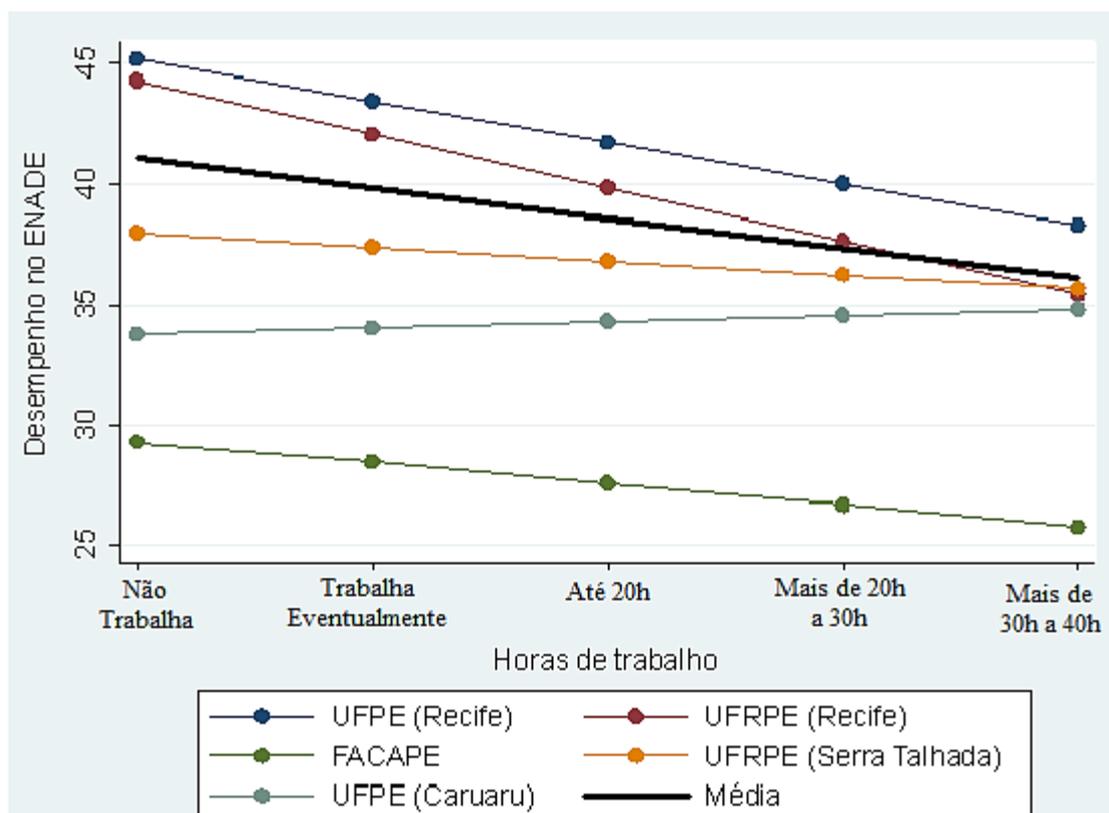
Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa. *Software*

A figura 10 apresenta a relação entre o desempenho no ENADE e as Horas de trabalho de estudantes de Faculdades Privadas do Curso de Ciências Econômicas em Pernambuco. A partir dela é notório observar que estudantes da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) possuem um pior desempenho no ENADE à medida que dedicam mais horas ao trabalho, ou seja, quanto mais horas de trabalho pior o desempenho acadêmico do aluno. Enquanto que estudantes das Universidades Centro Universitário FBV Wyden (UniFBV Wyden), Centro Universitário São Miguel (UNISÃO MIGUEL), Faculdade de Ciências Humanas Esuda (FCHE) e do Centro Universitário Favip Wyden (UniFavip Wyden) apresentam um melhor desempenho acadêmico no ENADE a medida que dedicam mais horas ao trabalho, ou seja, quanto mais tempo o estudante trabalha melhor a sua nota no ENADE.

Na média, as horas de trabalho e o desempenho no ENADE são inversamente proporcionais, ou seja, quanto maior as horas de trabalho semanais pior o desempenho acadêmico dos alunos, na média.

A figura 11 retrata a relação entre o desempenho no ENADE e as Horas de trabalho de

Figura 11: Relação entre o desempenho no ENADE e as Horas de trabalho de estudantes de Faculdades Públicas do Curso de Ciências Econômicas em Pernambuco



Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa. *Software STATA.*

estudantes de Faculdades Públicas do Curso de Ciências Econômicas em Pernambuco. Pode-se observar que estudantes da Universidade Federal de Pernambuco localizada em Recife (UFPE- Recife), Faculdade de Petrolina (FACAPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco localizada em Recife (UFRPE- Recife) e da Universidade Federal Rural de Pernambuco localizada em Serra Talhada (UFRPE- Serra Talhada), possuem um pior desempenho no ENADE à medida que dedicam mais horas ao trabalho, ou seja, quanto mais as horas de trabalho pior o desempenho acadêmico do aluno. Entretanto, em média, estudantes da Universidade Federal de Pernambuco localizada em Caruaru (UFPE- Caruaru), que trabalham mais horas possuem uma nota média no ENADE superior, comparativamente aos que não trabalham, porém é necessário destacar que essa diferença não é tão expressiva, já

que é possível observar que a linha é ascendente, mas não tem um crescimento expressivo, não chegando a aumentar nem 5 pontos na nota geral. Em relação à média é evidente analisar que quanto maior o tempo de trabalho pior o desempenho do estudante no ENADE.

Fazendo um comparativo entre a figura 9 e a 10 e analisando cada inclinação de forma individual, é possível observar que alunos do curso de Ciências Econômicas das Universidades privadas de Pernambuco quanto maior as horas de trabalho maior será seu desempenho no ENADE, com exceção da UNICAP, o que possivelmente pode ser explicado pelo fato dela apresentar um perfil mais parecido com as instituições públicas no sentido de ter uma formação voltada para área acadêmica, diferentemente do acontece em algumas instituições privadas que tem a formação voltada para o mercado de trabalho, outra hipótese possível é o fato das faculdades privadas estarem preocupadas com sua reputação no mercado, e por isso passarem a ofertar aulas mais focalizadas no ENADE e até mesmo oferecem descontos a partir da nota do estudante. Já nas Universidades públicas ocorre o inverso quanto mais tempo de trabalho pior a nota, com exceção da UFPE- Caruaru, de todo modo à inclinação da reta não é muito expressiva, portanto é difícil entender porque a tendência é diferente das demais.

A tabela 1 apresenta os resultados das estatísticas descritivas do modelo, a partir dela é perceptível observar que a média da nota geral é maior nas instituições públicas se comparada às privadas, além disso, a média para estudantes que trabalham eventualmente e até 20 horas semanais é maior nas Universidades públicas se comparada com as Universidades privadas, entretanto a média de estudantes que trabalham mais de 20 horas a 40 horas semanais é maior nas instituições privadas se comparada com as públicas, o que demonstram que em média os estudantes de instituições privadas trabalham mais horas por semana em relação aos estudantes de faculdades públicas.

Também é possível analisar a partir da tabela 1 que em média estudantes que dedicam aos estudos de 1 a 3 horas diariamente são em sua maioria de instituições privadas, entretanto a média de estudantes que dedicam aos estudos de 4 horas até 8 horas ou acima de 8 horas diárias aos estudos são de instituições públicas, ou seja, em média estudantes de instituições privadas dedicam mais horas durante o dia para se dedicar aos estudos.

Tabela 1: Estatísticas Descritivas

Variável	Privada			Pública		
	Observações	Média	Desvio Padrão	Observações	Média	Desvio Padrão
<i>nt_ger</i>	12.897	36,893	139,465	22.229	37,501	154,759
<i>h_trab</i>						
Não Trabalha (referência)	-	-	-	-	-	-
Trabalha Eventual	12.613	0,029	0,169	20.808	0,043	0,202
Até 20h	12.613	0,034	0,182	20.808	0,050	0,218
Mais de 20h a 30h	12.613	0,165	0,372	20.808	0,159	0,365
Mais de 30h a 40h	12.613	0,514	0,500	20.808	0,396	0,489
<i>horas_est</i>						
Nenhuma (referência)	-	-	-	-	-	-
De 1 a 3 horas	12.596	0,457	0,498	20.791	0,429	0,495
De 4 a 8 horas	12.596	0,266	0,442	20.791	0,289	0,454
Acima de 8 horas	12.596	0,170	0,376	20.791	0,205	0,404
<i>masculino</i>	16.246	0,619	0,486	25.899	0,590	0,492
<i>preto_pardo_indig</i>	12.571	0,240	0,427	20.695	0,361	0,480
<i>solteiro</i>	12.630	0,840	0,367	20.831	0,818	0,386
<i>mae_gradu</i>	12.616	0,360	0,480	20.814	0,321	0,467
<i>renda</i>						
Até 3 salários mínimos (referência)	-	-	-	-	-	-
Acima de 3 até 10 salários mínimos	12.607	0,488	0,500	20.806	0,483	0,500
Acima de 10 salários mínimos	12.607	0,333	0,471	20.806	0,194	0,395
<i>nu_ano</i>						
2006 (referência)	-	-	-	-	-	-
2009	46.536	0,193	0,395	25.899	0,181	0,385
2012	16.246	0,292	0,455	25.899	0,223	0,417
2015	16.246	0,235	0,424	25.899	0,222	0,416
2018	16.246	0,209	0,407	25.899	0,747	0,425
<i>regiao</i>						
Norte (referência)	-	-	-	-	-	-
Nordeste	16.246	0,073	0,261	25.899	0,278	0,448
Sudeste	16.246	0,664	0,472	25.899	0,328	0,470
Sul	16.246	0,180	0,384	25.899	0,240	0,427
Centro-Oeste	16.246	0,049	0,215	25.899	0,082	0,275

Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa. *Software* STATA.

Tabela 2: Resultados da Estimação do Modelo Nulo

Variáveis	Privada	Pública
<i>nt_ger</i>	35,762	36,06994
<i>co_curso</i>		
var(_cons)	40,77089	31,32416
var(Residual)	161,2965	207,8231

Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa. *Software* STATA.

A tabela 2 apresenta o resultado da estimação do modelo nulo para as instituições públicas e privadas. Por meio dos dados obtidos vale ressaltar que aproximadamente 20% da nota geral dos estudantes das Universidades privadas é devido ao efeito turma, mostrando o primeiro indício da existência de variabilidade na nota geral dos estudantes provenientes de turmas distintas. Enquanto que aproximadamente 13% da nota geral dos estudantes das Universidades públicas é devido ao efeito turma.

Como a relação intraclasse foi diferente de zero nos dois modelos analisados devido a presença de um termo de erro que apresentou significância em decorrência da presença do nível 2, turma, na análise, procedimentos tradicionais, como mínimos quadrados ordinários, não são adequados.

Outrossim é importante destacar que o modelo foi rodado inicialmente com interceptos aleatórios e em seguida com interceptos e inclinações aleatórias depois foi feito um teste de razão de verossimilhança para comparar as estimações, o modelo indicou tanto para pública quanto para privada que o modelo de interceptos e inclinações aleatórias é superior, dessa forma, a seguir será apresentado o modelo com interceptos e inclinações aleatórias com os termos aleatórios correlacionados.

A tabela 3 apresenta os resultados obtidos a partir do modelo com intercepto e inclinações aleatórias com os termos correlacionados para as Universidades públicas e privadas. Por meio dela foi possível analisar a relação entre as variáveis utilizadas para as duas instituições.

Tabela 3: Resultado do Modelo com Intercepto e Inclinações Aleatórias

Variáveis	Privada	Pública
<i>h_trab</i>		
Não Trabalha (referência)	-	-
Trabalha Eventualmente	-2,425224 ***	-2,455080 ***
Até 20h	-2,195569 **	-1,070646 *
Mais de 20h a 30h	-0,941755 *	-1,556869 ***
Mais de 30h a 40h	-1,437231 ***	-2,303462 ***
<i>horas_est</i>		
Nenhuma (referência)	-	-
De 1 a 3 horas	1,810621 ***	1,843009 ***
De 4 a 8 horas	3,729261 ***	3,503277 ***
Acima de 8 horas	4,719750 ***	5,581593 ***
<i>masculino</i>	3,506674 ***	3,572920 ***
<i>preto_pardo_indig</i>	-0,103378	-0,729235 ***
<i>solteiro</i>	0,371544	1,067145 ***
<i>mae_gradu</i>	0,567147 *	0,604155 **
<i>renda</i>		
Até 3 salários mínimos (referência)	-	-
Acima de 3 até 10 salários mínimos	1,304005 ***	1,747734 ***
Acima de 10 salários mínimos	1,907039 ***	3,342738 ***
<i>regiao</i>		
Norte (referência)	-	-
Nordeste	1,534109	0,255491
Sudeste	7,778052 ***	3,371873 **
Sul	7,069924 **	2,503550
Centro-Oeste	4,984989 *	2,510806
N	11.922	19.711

Notas: *** 1%, ** 5%, * 10%.

Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa. *Software* STATA.

Por meio dela é possível constatar que se comparada à nota geral na prova do ENADE de estudantes do curso de Ciências Econômicas das Universidades públicas que não trabalham com aqueles que possuem algum vínculo empregatício é possível notar que quanto mais tempo de trabalho pior a nota do estudante, com exceção dos alunos que trabalham eventualmente que possuem as piores notas se comparado com aqueles estudantes que não trabalham. Isso corrobora com os resultados encontrados por Coelho (2019), Niqui (2015) e

Danilo (2016), porém vai de encontro com os dados obtidos por Lang (2012), Katsikas e Panagiotidis (2011).

Nas instituições privadas foi possível observar que houve uma tendência diferente, uma vez que estudantes que trabalham até 20 horas possuem um desempenho pior se comparado com estudantes que não trabalham, seguidos de estudantes que trabalham mais de 30 a 40 horas e os trabalham mais de 20 a 30 horas por semana, nessa ordem, com exceção dos que trabalham eventualmente que possuem a pior nota se comparada com a referência.

Vale ressaltar ainda que em ambas as instituições as piores notas são obtidas por aqueles estudantes que trabalham eventualmente, isso acontece, pois provavelmente os estudantes que se encontram nessa categoria não possuem habilidades suficientes para manter um trabalho, mas precisam de dinheiro para manter suas necessidades básicas.

Em relação às Horas de Estudo, tanto na Universidade pública quanto na privada, é possível observar que se comparada à nota geral dos estudantes que dedicam algumas horas por semanas aos estudos com aqueles que não dedicam nenhuma hora por semana aos estudos, apenas assistem às aulas, é nítido observar que quanto mais tempo de estudo melhor a nota do estudante, é provável que isso aconteça, pois à medida que o estudante dedica mais horas aos estudos, mais tempo ele terá para se dedicar a novos conteúdos bem como terá mais tempo para revisar o conteúdo visto em sala de aula. O resultado está em linha com o que Triventi (2014) afirmou em sua pesquisa.

Em ambas as Universidades, estudantes do sexo masculino tendem a tirar uma nota geral maior do que estudantes do sexo feminino, o que pode se dá pelo fato de que cerca de 60% dos estudantes analisados são do sexo masculino.

É possível observar que se comparada à nota geral dos estudantes de instituições públicas na prova do ENADE pertencentes à raça ou cor, preto, pardo ou indígena com as demais, nota-se que eles possuem uma nota geral menor, fato que provavelmente pode ser explicado devido às heranças deixadas desde a época do período colonial, já que são raças que tiveram menos acesso a educação. A variável *preto_pardo_indig* não apresentou resultados significativos para as instituições privadas.

É possível concluir que a nota geral dos estudantes solteiros de instituições públicas, se comparada com a de outros estados civis, é superior, fato que é provável de ser explicado pelo fato de estudantes solteiros em sua maioria ainda estarem sobe a tutela de algum

responsável e dessa forma podem focar seus interesses apenas nos estudos abdicando do trabalho, por exemplo, o que não acontece com estudantes pertencentes a outros estados civis como os casados ou viúvos que na maioria das vezes são os responsáveis financeiros de suas residências. A variável *solteiro* não foi estatisticamente significativa para as instituições privadas.

Em ambas as Universidades, estudantes que possuem mãe com graduação completa tendem a ter notas gerais superiores se comparados a estudantes que possuem mães com níveis de escolarização inferior, isso pode ser explicado pelo fato de que como a mãe possui um grau de escolarização maior ela incentiva o filho a seguir pelo mesmo caminho acadêmico. O que está em linha com o que o autor Lemos (2015) afirmou em sua pesquisa.

É evidente observar, que em ambas as Universidades, que se comparada a nota geral de estudantes que possuem como renda familiar até 3 salários mínimos com estudantes que possuem rendimentos superiores, é notório perceber que estudantes com rendimentos maiores possuem notas gerais maiores, sendo que a nota aumenta muito consideravelmente nas Universidades públicas se comparada com as Universidades privadas. Tudo isso pode se dá pelo fato de que quanto mais recursos financeiros o estudantes tiver a sua disposição maior e melhor será sua rede de apoio que lhe auxilia na compreensão do conteúdo. Assim como afirmou Faria (2017) em sua pesquisa.

Nos dois modelos é possível analisar que estudantes da região Sudeste, possuem notas gerais superiores se comparada a estudantes da região Norte, isso acontece, pois se trata de uma região brasileira com o maior foco econômico, logo possuem índices de investimentos educacionais maiores do que as demais regiões.

A variável *nordeste* não apresentou resultados significativos, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas. Além disso, as variáveis *sul* e *centro-oeste* não foram estatisticamente significantes para as Universidades públicas.

Dessa forma, de maneira geral é possível concluir que tanto nas Universidades públicas quanto nas privadas a relação entre o desempenho acadêmico de estudantes universitários e a participação no mercado de trabalho é inversamente proporcional, ou seja, quanto mais horas o estudante dedica ao trabalho pior o seu desempenho. Outrossim, vale ressaltar que nas instituições privadas houve uma tendência diferente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou analisar a relação entre a participação no mercado de trabalho e o desempenho acadêmico de estudantes do Curso de Ciências Econômicas, abordando temas como capital humano na forma de escolaridade, mercado de trabalho e desempenho acadêmico. Além disso, foi possível analisar a existência de diversos trabalhos realizados dentro da área de pesquisa com resultados diversos a partir do foco de estudo dos pesquisadores. Além disso, a partir dos resultados encontrados foi possível alinhar os dados da pesquisa aos trabalhos feitos dentro do âmbito da pesquisa.

É imprescindível destacar que este trabalho contribui com a literatura á medida em que analisa apenas um curso em específico fazendo um recorte temporal desde da primeira prova feita pelos estudantes do curso de Ciências Econômicas até a última prova, dentro dos dados disponíveis no ano da pesquisa.

De forma geral, por meio do Modelo Multinível, foi possível concluir que tanto nas Universidades públicas quanto nas privadas quanto maior o tempo de trabalho, pior o desempenho do aluno, se comparado com a nota de estudantes que não trabalham. Contudo nas instituições privadas houve uma tendência diferente. Além disso, é importante destacar que diante da análise das Universidades Pernambucanas do Curso de Ciências Econômicas, foi possível concluir que, na média, quanto maior o tempo de trabalho pior o desempenho do aluno.

Mediante os resultados expressos é preciso destacar a importância de políticas públicas que integrem ainda mais o estudante a Universidade com o objetivo de melhorar seu desempenho e reduzir os indicadores de evasão escolar, nesse sentido programas de monitoria, bolsa permanência, auxílios estudantis e apoios pedagógicos devem ser integrados à vida dos estudantes de Universidades públicas e privadas.

Em relação às horas de estudo conclui-se que, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, quanto maior as horas por semana dedicadas aos estudos melhor o desempenho dos alunos em comparação com estudantes que não dedicam nenhuma hora por dia aos estudos, apenas assistem as aulas, nesse contexto é necessário destacar a importância de políticas públicas, como por exemplo, projetos de pesquisa, para fazer com que os estudantes estejam integralmente associados à Universidade colocando em pratica o que aprende no decorrer do curso por meio de um grupo de pesquisa.

A respeito das limitações do trabalho, vale ressaltar que a falta de observações de algumas variáveis de controle pode ter influenciado no resultado da pesquisa, já que dos estudantes analisados nem todos responderam o questionário do estudante disponibilizado antes da realização da prova.

Sugere-se que futuras pesquisas realizem a análise com modelos hierárquicos lineares de três níveis com medidas repetidas, com o tempo sendo o nível 3 do estudo em questão. Além dessa, também se sugere que sejam analisados outros cursos com grande crescimento econômico, como Administração e Engenharia de Produção.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10679:1989 – Pesquisa de acidentes de trânsito. Brasil, 1989.

ACEVEDO MURIEL, A. F. (2018). **La teoría del capital humano, revalorización de la educación: análisis, evolución y críticas de sus postulados**. Revista Reflexiones y Saberes, 5(8), 58-72.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de; CASSINI, Simone Alves. **Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 98, p. 561-579, 2017.

BAIRD, Kevin M.; NARAYANAN, Venkateshwaran. **O efeito de uma mudança na estrutura de ensino sobre o desempenho dos alunos**. Revisão asiática de contabilidade , 2010.

BORTOLANZA, Juarez. **Trajetória do ensino superior brasileiro—uma busca da origem até a atualidade**. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2009.

BRITO, Márcia Regina F. de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, n. 03, p. 841-850, 2008.

BRITO, Tainá Fernandes de. **Corpo Docente: fatores determinantes do desempenho discente no ENADE**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BUTLER, Adam B. **Job characteristics and college performance and attitudes: A model of work-school conflict and facilitation**. Journal of Applied Psychology, v. 92, n. 2, p. 500, 2007.

CASTANHO, Maria Eugênia. **Universidade à noite: fim ou começo de jornada?**. Papirus, 1989.

CERDAS, Emerson. HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. Edição, tradução, introdução e notas de Alessandro Rolim de Moura. Curitiba: Segesta, 2012. *Classica-Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, v. 27, n. 1, p. 303-308, 2014.

COELHO, Wallace Almeida. **Análise da relação entre estágio e desempenho acadêmico dos alunos do curso de sistemas de informação da UFF**. 2019.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

DA SILVA REZENDE, Caio César et al. **O impacto dos aspectos socioeconômicos no desempenho de estudantes de sistemas de informação no Enade**. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, v. 30, p. 157-181, 2022.

DAMÉ, Otávio Menezes; CARRARO, André; MONASTERIO, Leonardo. **EDUCAÇÃO E CORRUPÇÃO: A BUSCA DE UMA EVIDÊNCIA EMPÍRICA**. Pelotas-RS-2007.

DE FREITAS RIBEIRO, Andressa. **Taylorismo, fordismo e toyotismo**. *Lutas Sociais*, v. 19, n. 35, p. 65-79, 2015.

DE OLIVEIRA FERNANDES, Alex; DOS SANTOS GOMES, Suzana. **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade): Tendências da produção científica brasileira (2004-2018)**. *Arquivos de Análise de Políticas Educacionais*, v. 30, p. (34)-(34), 2022.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília. **Violência e educação: impactos e tendências**. *Revista Pedagógica*, v. 15, n. 31, p. 249-264, 2013.

DOS SANTOS SILVA, Gabriel Alves. **A teoria do valor-trabalho na Economia Política Clássica de Smith e Ricardo**.

DURHAM, Eunice Ribeiro et al. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. 2003.

ENGELS, Friederich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876)**. *Revista Trabalho Necessário*, v. 4, n. 4, 2006.
Educação

FARIA, Emília de Oliveira. **Uma análise dos fatores determinantes do desempenho dos alunos dos cursos superiores em Administração do Distrito Federal**. 2017.

FARIA, N. J. **Concepções de indivíduo presentes em estágios de psicologia clínica**. 2000. 204 f. Tese (Doutorado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Elsevier Brasil, 2017.

FERNANDES, Priscila Dantas; OLIVEIRA, KKS de. **Trabalho e Educação: análise reflexiva da dupla jornada do estudante-trabalhador**. COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, v. 6, p. 1-13, 2012.

FONTANA, Clarissa Peres. **A EVOLUÇÃO DO TRABALHO: DA PRÉ-HISTÓRIA ATÉ AO TELETRABALHO**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 7, p. 1155-1168, 2021.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIBOSKI, Claudia Maffini. **O Enade como indutor da qualidade da educação superior**. Est. Aval. Educ, p. 178-195, 2012.

GUALBERTO, Lucas; RODRIGUES, André. **Impacto do trabalho no desempenho dos licenciandos no ENADE**. Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas, n. Extra, p. 2675-2680, 2017.

GUIMARÃES, Maria Gertrudes Gonçalves de Souza et al. **Trabalhadores-estudantes: um olhar para o contexto da relação entre trabalho e ensino superior noturno**. 2006.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica-5**. Amgh Editora, 2011.

GUSSON, Claudia Maria. **Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA** . Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do ENADE 2019**. Brasília, DF: 2014a. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/microdados/Enade_Microdados/microdados_enade_2013.zip>. Acesso em: 07 abril. 2022.

KATSIKAS, Elias; PANAGIOTIDIS, Theodore. **Status do estudante e desempenho acadêmico: explicando o sintoma da longa duração dos estudos na Grécia**. Estudos em Avaliação Educacional , v. 37, n. 2-3, pág. 152-161, 2011.

LANG, K. Brandon. **As semelhanças e diferenças entre estudantes que trabalham e não trabalham em uma universidade pública americana de médio porte**. Revista do Estudante Universitário , v. 46, n. 2, 2012.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Papel do investimento em educação e tecnologia no processo de desenvolvimento econômico**. 1972.

LEMONS, Karinne Custódio Silva; MIRANDA, Gilberto José. **Desempenho de alto e baixo no ENADE: que variáveis explicam?**. REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036 , v. 7, n. 2, pág. 101-118, 2015.

LIMA, Edileusa; MACHADO, Lucília. **A evasão discente nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Minas Gerais**. Educação Unisinos, v. 18, n. 2, p. 121-129, 2014.

MACHADO, Roger Ferlini Bastos. **O desempenho acadêmico do estudante-trabalhador do curso noturno de Pedagogia da UnB**. 2012.

MARX, Carlos; ALVES, Maria Helena Barreiro. **Contribuição à crítica da economia política** . São Paulo: Martins Fontes, 1983..

MOUNSEY, Rebeca; VANDEHEY, Michael; DIEKOFF, George. **Estudantes universitários que trabalham e não trabalham: ansiedade, depressão e média de notas**. Revista do Estudante Universitário , v. 47, n. 2, pág. 379-389, 2013.

MOURA, Daiana Malheiros de. **Políticas públicas educacionais PROUNI e FIES: democratização do acesso ao ensino superior**. Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, n. 11, 2014.

NAGAI, Roberta. **O trabalho de jovens universitários e repercussões no sono e na sonolência: trabalhar e estudar afeta diferentemente homens e mulheres?**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NAKABASHI, Luciano; FIGUEIREDO, LÍZIA DE. **Mensurando os impactos diretos e indiretos do capital humano sobre o crescimento.** Economia aplicada, v. 12, n. 1, p. 151-171, 2008.

NIQUINI, Roberta Pereira et al. **CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS ASSOCIADAS AO SEU DESEMPENHO ACADÊMICO.** Educação em Revista, v. 31, p. 359-381, 2015.

PEREIRA, Mirian Tomiato; LOPES, Janete Leige. **A importância do capital humano para o crescimento econômico.** ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLOGIA, v. 9, 2014.

PONCHIROLLI, Osmar et al. **O capital humano como elemento estratégico na economia da sociedade do conhecimento sob a perspectiva da teoria do agir comunicativo.** 2000.

PRIMI, Ricardo; DA SILVA, Marjorie Cristina Rocha; BARTHOLOMEU, Daniel. **A validade do Enade para avaliação de cursos superiores: Uma abordagem multinível.** Examen: política, gestão e avaliação da educação, v. 2, n. 2, p. 128-151, 2018.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1996.

RICHTER, Humberto Vendelino. **Escolaridade, mercado de trabalho e renda.** O MERCADO DE PLANTAS MEDICINAIS, 2004.

RISTOFF, Dilvo; LIMANA, Amir. **O ENADE como parte da avaliação da educação superior.** Assessoria de Comunicação Social-Ministério da Educação. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/news/ArtigosDiaImp.asp>, 2007.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro.** São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho, v. 8, p. 91, 1991

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes.** 2009.

SCHLICKMANN, Raphael; ROCZANSKI, Carla Regina Magagnin; AZEVEDO, Paola. **Provão X ENADE: uma análise comparativa.** 2008.

SCHULTZ, Theodore W. Reflections on investment in man. **Journal of political economy**, v. 70, n. 5, Part 2, p. 1-8, 1962.

SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1320, 2005.

SEMESP, Instituto. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. Instituto Semesp. 2021. (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 11ª edição).

SILVA, Danilo Freitas da et al. **Efeito do trabalho no desempenho dos alunos no ENADE**. 2016.

SILVA, Maelin da; PADOIN, Maristela Jorge. **Relação entre o desempenho no vestibular e o desempenho durante o curso de graduação**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 16, p. 77-94, 2008.

SILVA, Rodrigo Feitosa da. **Fatores que influenciam o desempenho acadêmico**. 2013.
SMITH, A. **A Riqueza das Nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas**. Vol.1 São Paulo: Abril Cultura, 1996.

SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. **The quarterly journal of economics**, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956. SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. **The quarterly journal of economics**, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até a fase atual de reconstrução e reforma**. Fundação Getulio Vargas, 1969.

TELES, Bethânia Marques et al. **Entre o cansaço e a vontade: o processo de formação de subjetividade dos trabalhadores-estudantes de licenciatura na UFG**. 2021.

TEOR. EVID. ECON, Moretto Cleide. **O Capital Humano e a Ciência Econômica: Algumas Considerações**, *Passo Fundo*, v. 5, n. 9, p. 67-80, maio 1997 Disponível em: < http://cepeac.upf.br/download/rev_n09_1997_art4.pdf >. Acesso em: 15 mar. 2022.

TERRIBILI FILHO, Armando; RAPHAEL, Hélia Sonia. **Ensino superior noturno: problemas, perspectivas e propostas**. Editora Oficina Universitária, 2009.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **O racional e o razoável: Aristóteles e o trabalho hoje**. Cadernos Ebape. br, v. 1, p. 01-11, 2003.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria. **Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros.** Psicologia & sociedade, v. 19, p. 38-46, 2007.

TRIVENTI, Moris. **O trabalho no ensino superior afeta a progressão acadêmica dos alunos?.** Revisão de Economia da Educação , v. 41, p. 1-13, 2014.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 18, p. 459-485, 2013.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 16, p. 149-163, 2011.

WAINER, Jacques; MELGUIZO, Tatiana. **Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos com base no Enade de 2012 a 2014I.** Educação e Pesquisa , v. 44, 2017.

WESTPHALEN-RS, CÂMPUS DE FREDERICO; DE VARGAS, ARIELE SOUZA. **As Políticas Públicas para a Educação Superior no Brasil pós ldb/96: O ENEM, SISU, PROUNI e FIES e suas (des) Continuidades.**

ZADUSKI, Jeong Cir Deborah et al. **Educação a distância no Brasil e o novo decreto.** CIET: EnPED, 2018.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista brasileira de educação, v. 11, p. 226-237, 2006.

ZINET, Caio. **Pesquisa aponta que maioria dos jovens brasileiros concilia trabalho e estudo.** Centro de Referências em Educação Integral, 2016 Disponível em: < <https://educacaointegral.org.br/reportagens/pesquisa-aponta-maioria-dos-jovens-brasileiros-concilia-trabalho-estudo/> >. Acesso em: 20 mar. 2022.

ZONATTO, Vinícius Costa da Silva et al. **Evidências da Relação entre Qualificação Docente e Desempenho Acadêmico: uma análise à luz da Teoria do Capital Humano.** Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 8, n. 1, 2013.